

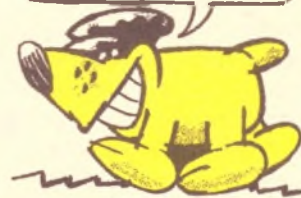
EXTRA: JUSTIÇA FEDERAL
CANCELA INDICIA-
MENTO DE QUÉRCIA!

QUE INJUSTIÇA HEIM,
COLLOR?!



BRASIL AGORA

ATENÇÃO TODOS OS
FÓSSES: 25 DE OUTUBRO
OU 7 DE NOVEMBRO;
NA DÚVIDA
COMEMORE AS DUAS!



ANO II Nº 26

26 DE OUTUBRO A 08 NOVEMBRO DE 1992

CR\$ 9.000,00

ELEIÇÕES 92



**OS RESULTADOS
DO NORDESTE
PÁGINAS 7 A 10**



**GRACILIANO,
100 ANOS
PÁGINA 15**



**RÚSSIA, A
NEOMISÉRIA
PÁGINA 14**



**ULYSSES E
SEVERO
PÁGINA 16**



FALTOU TOPETE

As privatizações continuam, com moedas podres e tudo, apesar das promessas de Itamar. No Ministério, um banqueiro na Indústria e Comércio e um suspeito na Agricultura... E a esquerda, num clima de incerteza, tem uma participação secundária no governo.

PÁGINAS 4, 5, 6 E 11

ESCLARECIMENTO

A propósito do artigo "Um notável no Trabalho", de Juarez Guimarães, publicado no nº 25 do **Brasil Agora**, a Secretaria Nacional de Imprensa e Divulgação esclarece:

Não corresponde à verdade, ao menos no que diz respeito à CUT, a afirmação de que a "indicação de Barelli para a pasta do Trabalho vem endossada formalmente pelas três centrais sindicais". Menos ainda procede a versão de que esta indicação seja "apoiada enfaticamente pela CUT".

A Central Única dos Trabalhadores, até por obediência ao princípio estatutário de liberdade e autonomia, mantém atitude de completa independência frente ao governo Itamar Franco, assim como fez com seus predecessores e fará com seus sucessores. Portanto, a CUT nunca foi, nem é, nem será, "situação" ou "oposição". Tampouco se dispõe a endossar, informal ou formalmente, a apoiar, comedido ou enfaticamente, este ou aquele ministro.

Enquanto central sindical, a CUT se posiciona, sim, na defesa dos interesses específicos e globais dos trabalhadores em relação à política dos governantes. E no caso da administração do Itamar e de seu Ministério do Trabalho, esta permanece até o momento mergulhada nas brumas da indefinição.

A própria nota do companheiro Jair Meneguelli que o **Brasil Agora** reproduz na mesma página não deixa a menor margem para as afirmações citadas. Meneguelli faz uma menção, naturalmente elogiosa, à longa folha de serviços prestados aos trabalhadores pelo ex-diretor técnico do Dieese. Afirma que a indicação de Barelli, "em meio a sinais contraditórios emitidos pelo novo governo, desperta na CUT alguma esperança, mas nenhuma ilusão". Enfatiza que o enfrentamento de "nossos grandes problemas" depende não de políticas setoriais mas de uma ruptura "com a estratégia neoliberal do recém-afastado governo Collor, de triste memória". E manifesta a crença de que, "no caso de prevalecer o continuísmo", Barelli "não avalizaria com seu nome uma orientação nociva ao país e aos trabalhadores".

Acreditamos que o **Brasil Agora** deve aos seus leitores este esclarecimento, desfazendo um equívoco de considerável gravidade, pelo menos aos olhos da CUT, um entidade sindical ciosa de sua completa independência em relação ao Estado e seu governo.

BERNARDO JOFFILY
São Paulo, SP

A informação de que dirigentes nacionais representativos da CUT participaram ativamente das consultas e articulações que culminaram na indicação de Barelli para a pasta do Trabalho foi confirmada por várias fontes. Não há no artigo nenhuma referência de que a CUT tenha perdido a sua autonomia ou tenha se tornado "situação".



FRANCIS, UM ENVIADO MUITO ESPECIAL

Em 1970, quando estava junto com a turma do *Pasquim*, o "gourmet" Paulo Francis, que agora vive desfilando cardápios de restaurantes americanos, comia feito um condenado (sic), não dispensando nem mesmo sobremesa dos colegas de cela. *Jaguar e Fortuna* que o digam. E *Jaguar vai um pouco além*: "O problema do Francis é que ele passou pro outro lado do balcão". Já a *Marisa Raja Gabaglia* acha que o galho deste senhor é o fato de ter o pau pequeno mesmo. Mas não vamos tergiversar.

Alguns leitores do *Estadão* têm desfilado reações indignadas a respeito de descabeladas declarações do citado enviado sobre política nacional, nordestinos e agora sobre o *Suplicy*, tido por esse como maluco (*Estadão*, Caderno 2, 18/10/92).

Ora, porra. Desde quando alguém que, um dia na vida, chegou a afirmar

que a morte do John Lennon não tinha nada demais, visto tratar-se apenas de um roqueiro casado com uma japonesa prostituta e que, mais recentemente, achava o máximo o Brasil ter um presidente bonitinho tipo Primeiro Mundo como o Collor, tem lá condições de julgar alguém maluco? Penso que os leitores - e eleitores - do *Estadão* não devem embarcar nessa canoa furada que, de saída, nem merece polêmica (como, no fundo, é o desejo do enviado) e passar a cobrar dele, afinal, que catso foi fazer nos "Esteites" além de tratar-nos a todos como jecas e viver às nossas custas. E mais: Por que, em quase um quarto de século morando lá, não conseguiu publicar nada em sua tão decantada imprensa americana e, principalmente, quanto levou do Maluf pra dizer semelhante sandice.



LUSCAR

VITOR OU VITÓRIA?

Na eleição municipal de 1992, O PT registrou um significativo avanço não apenas em âmbito nacional mas também se considerarmos o seu desempenho no Espírito Santo.

Com relação ao resultado em Vitória, inicialmente deve ser colocado que esta não é a primeira derrota eleitoral do PT em uma cidade depois de tê-la administrado. Apontar um culpado é sempre a solução mais simplista, embora nem sempre a mais correta. É necessário analisar os fatores que contribuíram para isso. Não pode ser esquecido que, ao assumir a prefeitura, são criadas várias contradições entre alguns dirigentes partidários e os militantes que estão na administração municipal.

No caso do PT, é necessário que o candidato desperte na militância partidária um envolvimento entusiasmado. A militância precisa se identificar com o candidato e com o esquema de sua campanha, com as alianças. A coligação com o PDT não era exatamente o que a militância esperava. Afinal, grande parte dos militantes do PT é constituída por funcionários públicos estaduais que estão insatisfeitos com o governo do estado, dirigido pelo PDT.

Outro dado importante na

postura da militância quanto à coligação foi a falta de identidade entre o candidato a vice-prefeito, empresário João Luiz Tovar, e a pregação do PT.

Quanto à minha participação pessoal no processo eleitoral, desde o início da campanha afirmei que apoiaria os candidatos do meu partido, embora no caso de Vitória não pudesse fazer isso arduamente em relação ao candidato a prefeito. Durante boa parte do meu mandato, ele teve uma postura oposicionista. O deputado João Carlos Coser só passou a procurar identificar-se conosco depois de iniciada a campanha, diante das pesquisas que mostravam a grande aceitação popular quanto ao nosso desempenho na prefeitura. Mas isso não bastava para criar uma identidade dele com a nossa gestão, mesmo porque os outros candidatos também tinham como parte importante do seu discurso a promessa de dar continuidade ao nosso trabalho.

Embora a nível partidário fosse preferível o PT continuar à frente da prefeitura, confio em que o nosso trabalho terá continuidade com a próxima administração, como o deputado Paulo Hartung tem declarado desde o início da campanha.

VITOR BUAIZ,
Prefeito de Vitória, ES

AUTOCRÍTICA

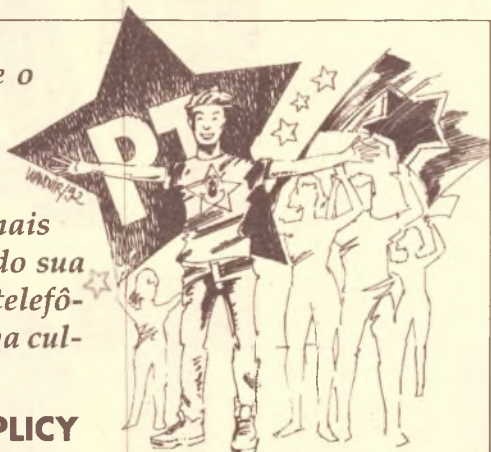
No último **Brasil Agora**, na entrevista com o Lula e no artigo a "A estrela meio ofuscada", expressa-se uma avaliação eleitoral que considero equivocada. Quando Lula avalia nossa derrota no ABC, diz que ficamos estáticos no mesmo patamar alcançado em 1988, enquanto nossos adversários se uniram somando as votações que tiveram na última eleição. O PT teria pecado por não ter articulado uma política de alianças mais ampla. No artigo, é feita uma avaliação semelhante para explicar a nossa derrota em São Bernardo.

Apesar da ressalva quanto ao desempenho de nossa prefeitura e de nosso candidato, não estaria aí o motivo determinante do fracasso, já que "o fato relevante é que o PT manteve o patamar de 38% alcançado em 1988. Desta vez, no entanto, PTB e PMDB, que nas eleições passadas disputaram em chapas separadas, uniram-se e venceram".

Nas duas avaliações percebe-se um raciocínio mecânico que não dá conta da dinamicidade e da complexidade do processo de formação de maiores eleitorais. Dois mais dois nem sempre são quatro em política, especialmente no Brasil, onde ainda não existe organicidade partidária e eleitorados

"Transparência e Cidadania: no país onde o abuso do poder econômico nas eleições é regra, quero que minha campanha seja ética e todos, saibam quem a financia. Por isso, criamos o Tele-Suplicy. Você telefona para 0800-1313 e mais dois números (05 ou 10 ou 50 ou 90) registrando sua contribuição, que será debitada em sua conta telefônica. Disque o Tele-Suplicy e faça parte da nova cultura política para o Brasil!"

EDUARDO SUP LICY



DIRETOR: JOÃO MACHADO. **EDITOR:** RUI FALCÃO. **REDAÇÃO:** ANTONIO MARTINS, FLÁVIO AGUIAR, JUAREZ GUIMARÃES, MOUZAR BENEDITO, VALTER POMAR. **SECRETÁRIA:** ADÉLIA CHAGAS. **SUCURSAL RIO GRANDE DO SUL:** LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTONIO SCHUSTER. **COPIDESQUE E REVISÃO:** CELSO CRUZ. **DIGITAÇÃO:** ELIZABETE D. DA SILVA. **EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:** CACO BISPO, SILVANA PANZOLDO E JOTA. **PRODUÇÃO GRÁFICA:** FÁBRIANO CIAMBRA. **COLABORADORES:** ALAN RODRIGUES, ALIPIO FREIRE, ALOÍSIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, CLOVIS CASTRO, BERNARDO KUCINSKI, BRENO ALTMAN, CARLOS E. CARVALHO, CELSO HORTA, CÉLUS, CINTIA CAMPOS, CLÁUDIO SCHUSTER, DENISE NEUMANN, EDMILSON DE SOUZA, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAIVA, FIMARIION MAUÉS, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁVIO LOUREIRO, DA COSTA, GENARO URSO, HELIO SILVA, IVAN SEIXAS, ISAAC AKCELRUD, JOÃO ANTONIO, JOSÉ AMÉRICO DIAS, JOSÉ ROCHA, JUSTINO PEREIRA, KIPPER, LINETE MARTINS, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCO AURÉLIO GARCIA, MARCOS SOARES, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSSKIND, MARINGONI, MARISA MELIANI, MARIZA DIAS COSTA, MIADAIRA, MILTON FOGO, NELSON RIOS, NILMÁRIO MIRANDA,

BRASIL AGORA

NORMA SUELI O. REIS, NORA NAPOLI, OHI, PATO, PATRÍCIA CORNILLS, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZILBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAIMUNDO PEREIRA, ROGERIO SOTTILI, RUTH BUENO DE ARAUJO, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONO, WLADIMIR POMAR. A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.

BRASIL AGORA É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - ALAMEDA GIETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO/SP. FONES: 222-6318. FAX: (011)222.2865. **GERENTE GERAL:** HUGO SCOTTE. **ADMINISTRAÇÃO:** M^{te} AÍCE DE P. SANTOS. **ASSISTENTE:** IVANILDA ALVES. **CIRCULAÇÃO:** JOSÉ LUIS NADAI, MARIA ODETTE G. DE CARVALHO. **ASSINATURAS:** ANA MARIA ALVES, PAULO M. SOLDANO, GUIBA GENESTRA (DIGITAÇÃO) - FONES: 223.2974 e 220.7718. **EXPEDIÇÃO:** PAULO E. SOLDANO. **SERVIÇOS GERAIS:** EUSILANDIA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, JOÃO A. GUEVARA, LUCILENE B. SILVA, MARCELO L. C. PONTES. **IMPRESSÃO:** DCI. **DISTRIBUIÇÃO:** DINAP S/A. **TIRAGEM DESTA EDIÇÃO:** 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 1992. **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** RUI FALCÃO

ideológicos e cristalizados. Por isso não é possível equiparar de forma direta os resultados das eleições de 1988 e 1992 só comparando as porcentagens.

Os 38% obtidos pelo PT em São Bernardo não são o mesmos deste ano, qualitativamente e quantitativamente. Qualitativa-mente porque o voto para o PT teve outro significado depois de passarmos pela prefeitura. Quantitativamente, porque ninguém pode afirmar que os mesmos setores e parcelas da população que votaram no PT em 1988 repetiram a dose agora.

Na prefeitura, o PT estabeleceu outro diálogo com a sociedade, atingiu certos setores inacessíveis, contrariou interesses, reforçou laços com a sua base social tradicional e também decepcionou parte dessa base.

Não se pode dizer que "ficamos parados nos 38%", pois seria dizer que a água de um rio é a mesma depois de quatro anos.

O momento exige uma auto-avaliação serena e implacável. É necessária a autocrítica tão impiedosa quanto as críticas que justamente fazemos aos nossos inimigos. Não condescender com nós mesmos será a prova de maturidade política.

LUÍS FERNANDO GAZÓN,
Campinas, SP

ABAIXO-ASSINADO

Dia 13 de outubro em reunião com o CDM foi apresentado um abaixo-assinado, inicialmente com 500 assinaturas simbólicas.

Acreditamos na eleição de Suplicy no 2º turno, desde que seja alterada radicalmente a linha de campanha, principalmente na TV, basicamente nos seguintes pontos:

1. MOSTRAR A CARA, A GARRA DO PT - devemos compor a direção da campanha com dirigentes sensíveis aos anseios da militância, pois é ela quem faz a campanha.
2. POLITIZAR A CAMPANHA - priorizar qualidades do candidato, como sua presença constante em todos os episódios importantes.
3. LINGUAGEM DIRETA - manter o humor, mas sem filmes estrangeiros e metáforas.
4. MAIS QUADROS, MENOS ARTISTAS - mostrar lideranças de todos os segmentos que apoiem Suplicy.
5. GOVERNO DO PT - mostrar diretamente realizações do governo Luíza Erundina
6. PROGRAMA DE GOVERNO - enfatizar que o nosso programa foi avaliado pelos técnicos com o maior número de "bom" e o de Maluf com o maior número de "ruim".
7. BUSCA DE VOTOS EXCEDENTES DE MALUF - votos de Aloísio e Feldman, além de brancos e nulos.
8. CAMPANHA NA RUA - deve ser maximizada, bem organizada e noticiada na TV e no rádio.

ANA MARIA CHIEFFI,
MARILDA MAZZINI,
São Paulo, SP

CAMPANHA DE FINANÇAS DO RS CONTRIBUA PARA A VITÓRIA DO PT
DEPOSITE NA CONTA 13.000-1 BANCO DO BRASIL AGÊNCIA 0010/RS

Violência pela violência

Durante o governo Quéricia, São Paulo aumentou sua rede carcerária com a construção de cerca de vinte presídios. Na verdade, enormes presídios - construídos nos moldes tradicionais, destinados somente à contenção de condenado - não conduzem à finalidade da pena, que é a regeneração do delinqüente.

Nos grandes presídios, a direção escapa das mãos da administração e passa, pela corrupção e violência, ao controle das quadrilhas mais audaciosas de presos, cujos chefes distribuem favores e castigos, conforme as regras da chamada "lei do cão".

Ao estado interessa manter, do ponto de vista externo, a ignorância do que se passa nos presídios. Para tanto, estimula-se, no seu interior, a corrupção e a violência.

CONIVÊNCIA. Os presos só têm as regalias consentidas por essa mistura caótica, da qual só participam seus líderes e o pessoal da própria administração dos presídios. A Casa de Detenção de São Paulo serve bem para qualificar esse exemplo. Há anos o que se poderia chamar de "paz interior" é mantida mediante graus altíssimos de corrupção, a que não é estranha à direção da Casa.

Esse retrato não é de hoje! Os maus tratos nos presídios paulistas têm sido responsáveis pelas rebeliões que neles acontecem, sufocadas sempre às custas de muito sangue. Desde a rebelião da Ilha Anchieta, nos idos de

1950, passando por Presidente Wenceslau, Araraquara, Carandiru e pela própria Casa de Detenção que detentos, sujeitos ao Estado (responsável pela sua integridade física e moral), são eliminados sem que se apurem devidamente as responsabilidades ocorrentes. Não se esqueça que a polícia ao intervir o faz sempre de maneira violenta, com o maior desprezo pela vida dos reclusos.

CHACINA. Antes de mais nada, convém assinalar que não houve uma rebelião no massacre do dia 2 de outubro último. Houve uma mera briga de presos que o pessoal administrativo não soube resolver. Com isso, determinou o apelo à intervenção da Polícia Militar que, numa atitude que só o arbítrio em que atua explica, eliminou número superior a cem detentos. Trata-se do resultado colhido por uma política que aposta na violência para conter a violência, como se isso fosse possível. Essa política vem sendo adotada desde o estabelecimento da Polícia Militar como órgão de repressão, no modelo idealizado pela ideologia da segurança nacional. Uma polícia cujos crimes praticados nas atividades de policiamento passam impunes, porque processados e julgados por um tribunal corporativo, traveste-se hoje em verdadeiro poder paralelo. Conta com autonomia para decidir como deve ser o seu comportamento como órgão de segurança pública, distor-

O P I N I Ã O

Uma política que aposta na violência e a impunidade da polícia explicam a chacina do Carandiru

cidamente entendida como segurança dos poucos que detêm os privilégios que ainda sustentam as chamadas elites paulistas.

A questão da prisão precisa ser repensada, não com acenos à privatização, a qual nos países que a adotaram já está em processo de reversão, mas no conjunto dos órgãos que propiciam ou devem propiciar ao público: a polícia, a justiça e a própria prisão.

Enquanto eles forem considerados como departamentos estanques, mínima será a possibilidade de se equacionar o problema. Enquanto a polícia não for civil, fiscalizada pelo judiciário, e este responsável pelo cumprimento da pena e não apenas pela sua imposição, o drama da violência, do absentismo da Justiça e do fracasso da pena como instrumento de reeducação continuarão sendo a tônica de um sistema falido.

HÉLIO BICUDO

Jurista e deputado federal (PT/SP)

Ética, eleitoralismo e interior

Muita gente entusiasmou-se com a campanha do *Fora Collor* e imaginou que a ética tinha sido vitoriosa na política brasileira. O voto dos deputados contra Collor não representa necessariamente uma conversão das elites brasileiras à ética na política. A própria votação do *impeachment* já revelou o oportunismo e o fisiologismo de deputados que jantaram com Collor, comprometidos até a alma, e, no café-da-manhã, diante das câmeras de TV, o "traíram".

Mas o lado real da política eleitoral da burguesia brasileira ficou mais claro durante a campanha e as eleições municipais.

Muitos companheiros ficaram espantados com as poucas vitórias conquistadas pelo PT ou forças populares nos municípios do interior. Por que a classe trabalhadora foi tão fragorosamente derrotada? Gostaria de expor alguns itens sobre isso.

As campanhas eleitorais no interior, praticadas pelos chamados grandes partidos - PDS, PTB, PFL, PDT e PMDB -, são essencialmente iguais em seu conteúdo e em seus métodos, e se baseiam na mais vergonhosa falta de ética, na compra descarada de votos e mentes.

Os métodos usados são basicamente os seguintes:

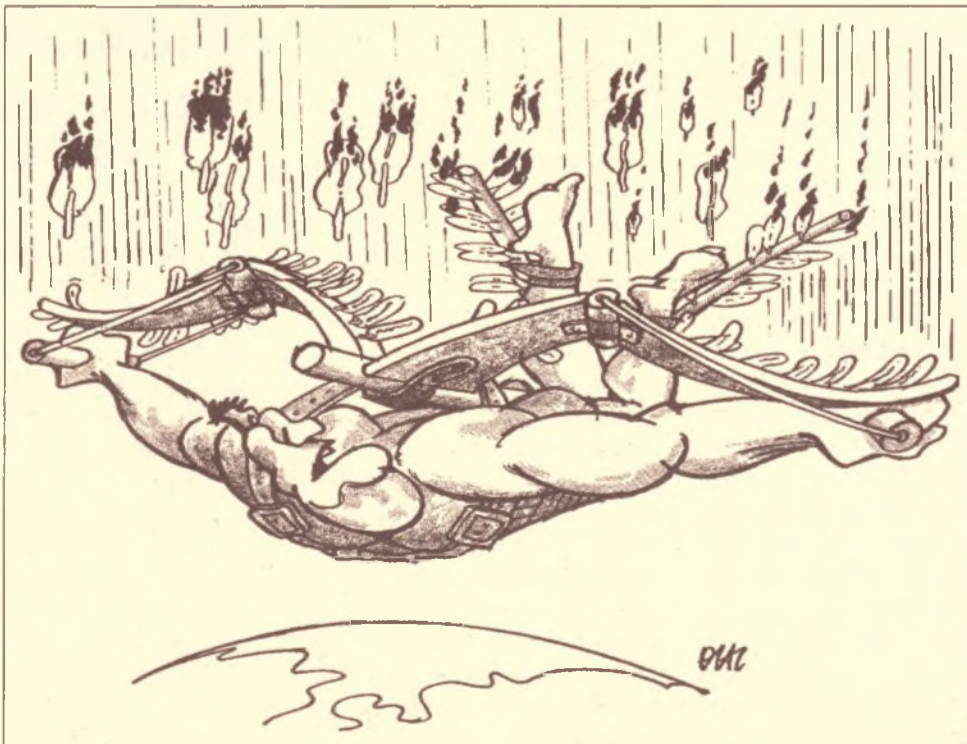
- compra de votos. Uns com dinheiro: os preços variaram na última eleição de 50 a 500 mil cruzeiros. Outros através de cestas básicas, calçados, dentaduras e outros pequenos favores que transformam o eleitor num mercenário de sua consciência;
- transporte de eleitores, antes e durante a eleição, apesar disso ser proibido pela legislação eleitoral;
- promessas e compromissos de

emprego e de serviços públicos gratuitos;

- baixo nível dos discursos nos comícios e na propaganda das rádios, onde a tônica foi o ataque pessoal;
- os comícios se transformaram em verdadeiras quermesses, onde o principal era o pagamento de bebidas pelos candidatos, as bebedeiras, gritarias, agressões etc;
- em muitas cidades do interior os partidos montaram verdadeiras quadrilhas de pistoleiros fortemente armados, que passaram as últimas noites antes das eleições guardando entradas das vilas mais pobres, para impedir que os demais candidatos entrassem pra fazer campanha ou efetuar a compra de votos através de cestas-básicas etc. Quanto mais pobre o lugar, mais explosivo o cenário.

Diante de tudo isso, o Poder Judiciário do interior é completamente inerte, com raras exceções. Os juízes eleitorais fazem o jogo de um ou outro lado, e não raro praticam ilegalidades absurdas. As denúncias feitas pelo PT ou outros partidos populares são ridicularizadas, como se a ética nas eleições fosse coisa de anjos ou de ingênuos.

E A SAÍDA? Esse é o cenário. O povo ouve a pregação do PT, simpatiza, às vezes até concorda. E os partidos tradicionais orgulham-se de que não se ganha eleições com campanha, programa, propostas. Ganha-se com dinheiro, nos últimos três dias. Se a legislação eleitoral de abuso econômico fosse aplicada, quase todos os prefeitos do interior deveriam ser cassados.



EDITORIAL

O RECHEIO DO PÃO DE QUEIJO

Em política, desespero é bobagem. Pelo menos no caso de gente como Lázaro Barbosa, Hugo Napoleão, Alexandre Costa, José Eduardo Andrade Vieira e tantos outros pefelistas, corruptos e ex-colloridos, que saíram do governo um dia para voltar no seguinte (leia sobre o ministério Itamar Franco nas páginas 4 e 5).

Apesar do predomínio conservador, há alguns ministros vinculados à esquerda, indicando que o governo Itamar ainda conta com a solidariedade - explícita ou não - de muitos partidos populares (página 6). O que pode mudar, caso continuem a política econômica recessiva e as privatizações, que seriam um prato cheio para uma CPI (página 11).

Enquanto o governo Itamar mostra a que veio, as urnas ainda exigem um diagnóstico mais preciso. Neste número, **Brasil Agora** apresenta uma cobertura das eleições municipais no Nordeste, além de informações gerais sobre o desempenho do Partido dos Trabalhadores, com destaque para a cidade de Piracicaba (páginas 7 a 10).

Ainda nesta edição, uma entrevista com o livre pensador cubano Fernando Martinez, sobre a situação de seu país (páginas 12 e 13); a pobreza cresce e aparece na Rússia, enquanto Rigoberta ganha o Prêmio Nobel da Paz (página 14).

João Antonio lembra (página 15) a inteireza e o rigor de Graciliano e, na última página, Emir Sader fala sobre Ulysses Guimarães e Severo Gomes, dois democratas de exceção que o Brasil perdeu.

O EDITOR

A FOTO DE CAPA DESTA EDIÇÃO É DE ANDRÉ DUSEK/AE

O P I N I Ã O

O PT nasceu da luta para organizar os trabalhadores e não pode usar os métodos de partidos acéticos.

Alguns companheiros petistas ficam perplexos, preocupados e revoltados. Há quem ache que, para vencer, temos que usar os mesmos métodos. Outros preferem coligações. Inúmeras foram feitas. Dissimuladas, houve até com PDS e PFL. Mas nenhuma das alternativas deu certo. Fomos derrotados igualmente. É como se a burguesia se vingasse dizendo: "Não adianta vestir-se de lobos, nós sabemos que vocês são cordeiros".

Existem saídas, mas em primeiro lugar não podemos cair no eleitoralismo dos outros partidos e de algumas tendências reformistas do PT, de pensar em partido só em época de eleição. O PT nasceu da luta e para ajudar a organizar a classe trabalhadora, independente de eleição. Nossa preocupação principal deve ser organizar os trabalhadores no interior, de forma permanente. Somente com nossa participação nas lutas e com a elevação do nível político e de consciência das massas vamos ter resultados eleitorais mais satisfatórios e bases sólidas para, também, realizar administrações realmente populares.

JOÃO PEDRO STEDILE

Membro da Secretaria Nacional Agrária do PT e dirigente do MST

Ambíguo, pero no mucho

Nas primeiras semanas, Itamar procurou agradar esquerda e direita. Para um lado, fez discursos. Para outros, governou.

Em 20 de abril, véspera de completar sua terceira semana de governo, o presidente Itamar Franco encontrou-se no Palácio do Planalto com dirigentes de três centrais sindicais, em reuniões que alcançariam repercussão considerável no dia seguinte. Questionado a respeito da política de privatizações, e em especial da venda da Acesita, programada para dois dias depois, desconversou: "Não há condições jurídicas" de sustar o leilão. Em compensação, garantiu que todo o cronograma da desestatização seria revisto, e a política econômica inteiramente reformulada. Com base nisso, fez um pedido especial à CUT, no sentido de que não fizesse oposição a seu governo.

Em 20 de abril, poucas horas após o encontro de Itamar com os dirigentes das centrais, o ministro Paulo Haddad, do Planejamento, participou em São Paulo do seminário que a Câmara Americana de Comércio promove anualmente para analisar as perspectivas de desenvolvimento da conjuntura no período seguinte. Fez questão de reforçar uma advertên-

cia que já fizera anteriormente, e previu continuidade da recessão no primeiro semestre de 93.

Disse, no entanto, que via motivos para otimismo a partir daí. Explicou que o governo espera obter do Congresso, além da aprovação do ajuste fiscal, a adoção de um expressivo elenco de medidas neoliberais. Citou em especial a lei das patentes, a privatização dos portos e a concessão de serviços públicos à iniciativa privada. E como se tudo isso ainda fosse pouco, acenou com a possibilidade de remeter rapidamente ao Congresso projeto de lei ampliando para até 100% a participação do capital estrangeiro nas estatais privatizadas, hoje formalmente limitada a 40%.

PALAVRAS, PALAVRAS...

Nada melhor, para compreender o que o governo Itamar é até agora, que olhar atentamente para estes dois fatos. Obrigado a prestar contas às forças que comandaram as manifestações populares que permitiram o afastamento de Collor, o presidente ataca nas palavras o neoliberalismo. Preso a concepções que vêem num Congresso ultraconservador a fonte essencial do poder, mantém, no frigir dos

ovos, uma ação programática que guarda muitos pontos de contato com a de seu antecessor.

A estranha ambigüidade manifesta-se logo de cara no ministério, uma composição que inclui praticamente todo o leque partidário, mas onde esquerda e direita cumprem papéis muito distintos. Ministros capazes de conferir, por sua tradição democrática ou convicções progressistas, uma aura de legitimidade ao governo, foram contemplados com pastas com reduzido poder decisório. É o caso dos titulares da Saúde, Cultura e Trabalho - Jamil Haddad, Antonio Houaiss e Walter Barelli.

Em compensação, a política econômica será executada por um triunvirato formado por um pefelista - Gustavo Krause, da Fazenda -, um técnico pessoalmente ligado a Itamar - Paulo Haddad, do Planejamento - e um banqueiro intimamente ligado aos grandes grupos econômicos do Sul - Andrade Vieira, da Indústria e Comércio. A reforma administrativa enviada há dias ao Congresso, por sinal, amplia consideravelmente os poderes da última pasta, transferindo-lhe o controle de preços e o manejo das câmaras setoriais.

Por fim, foram entregues a políticos moderados ou conservadores os ministérios encarregados de conduzir as negociações políticas, ou as pastas que dispõem de orçamentos polpidos e grande capacidade de alocação de verbas junto aos estados e municípios. O senador Maurício Correia, do PDT, ficou com a Justiça; seu colega Fernando Henrique, do PSDB, obteve as Relações Exteriores. A Agricultura, Transportes, Bem-estar Social, Minas e Energia, Desenvolvimento Regional e Comunicações ficaram respectivamente com Lázaro Barbosa (PMDB-GO), Alberto Goldmann (PMDB-SP), Jutahy Magalhães (PSDB-BA), Paulino Cícero (PSDB-MG), Alexandre Costa (PFL-MA) e Hugo Napoleão (PFL-PI).

E PALAVRAS! Empossado no primeiro dia do mês, o presidente Itamar Franco seguiu, desde então, uma trajetória com sentido muito semelhante ao da composição da equipe de governo. Ele começou animado, lançando duros ataques à política executada pelo antecessor. Já no dia 2, atacou os críticos de direi-

ta, que pareciam decepcionados com a nomeação de um desconhecido para a Fazenda. O Brasil "precisa esquecer um pouco Nova York, Manhattan, e pensar em suas favelas, no seu povo sofrido", advertiu. Três dias depois, foi ainda mais adiante. Empossou os oito primeiros auxiliares ao som de um discurso em que dizia: "Não podemos administrar este país com palavras de ordem, embalá-lo com retórica, iludi-lo com neologismos importados. Repilo, por criminoso e cruel, a modernidade que nega a dignidade do pão, do alfabeto, do trabalho honrado, da saúde e da alegria".

A ação prática do governo, no entanto, não seguiu rigorosamente em nenhum momento o discurso de seu chefe maior. Pouco a pouco foram se impondo a inércia de um programa neoliberal já em andamento, ou a lógica da maioria de direita no Congresso. Itamar não demonstrou vontade política de inverter qualquer das duas tendências.

Foi colocado, logo nos primeiros dias diante do autêntico encalçamento financeiro do Estado, que deverá condicionar a execução dos Orçamentos da União nos dois últimos meses deste



HUGO NAPOLEÃO

O ministro das Comunicações é advogado, senador do PFL, ex-deputado federal pela Arena, ex-governador do Piauí e ex-ministro da Educação do governo Sarney. É o presidente do PFL. Fez parte do grupo de senadores conhecidos como "três porquinhos", que junto com Armando Corrêa tentou contra o candidato oficial do partido lançar Silvio Santos para presidente da República.

Em outubro de 1991 ele teve uma briga feia com o senador Magno Bacelar (PDT-BA), depois de lhe vender uma agência de turismo que sua mulher, Leda

Maria Chaves, tinha em Brasília. Depois do negócio fechado em 40 mil dólares (20 mil de entrada e duas prestações de 10 mil), Bacelar descobriu que a agência, Dom Bosco Turismo, não tinha registro na Junta Comercial, não pagava aluguel há dois meses e sua gerente, Maria do Socorro Bogéa, funcionária do Ministério da Agricultura, trabalhava sem licença do serviço público. Bacelar sofreu um processo de despejo, por causa do aluguel atrasado, e a Varig e a Transbrasil descredenciaram a agência e cancelaram as passagens aéreas já vendidas. Entrou na Justiça, na tentativa de suspender o contrato. Perdeu a primeira parada.

O senador Magno Bacelar preparou-se para denunciar Hugo Napoleão através de um discurso, mas foi impedido pelo presidente do Senado, Mauro Benevides, temeroso de que a

repercussão do caso manchasse a imagem da instituição. Cópias do discurso, no entanto, foram distribuídas aos senadores. Nele, Bacelar chama Napoleão de "elemento".

Outro episódio curioso envolvendo o novo ministro das Comunicações ocorreu no final de 1991, quando ele mandou recolher o livro de biografias dos senadores, que é publicado pela Mesa do Senado.

O motivo é que em sua ficha o nome de sua mulher - com quem vivia há três anos, tendo legalizado o casamento somente em outubro de 1991 - saiu sem o seu sobrenome, "Napoleão do Rego". Mais de mil exemplares do livro já haviam sido distribuídos e foram recolhidos. As páginas 173 e 174 de cada exemplar foram substituídas por outras reimpressas, pregadas com cola plástica.



ALEXANDRE COSTA

Admirador do ex-general-presidente Médici (tinha um enorme retrato seu na entrada do gabinete), amigo íntimo do ex-presidente José Sarney, grande contador de estórias, o senador Alexandre Costa cunhou a primeira frase do folclore político do governo Itamar: "Genro não é parente". Foi esta a maneira que ele encontrou para se defender das acusações de que seu genro, Edegar Cid Ferreira, está envolvido com corrupção e narcotráfico.

Ferreira, proprietário do Banco Santos, foi acusado pela CPI que investiga o tráfico de influên-

cias do ex-secretário de Assuntos Estratégicos do governo Collor, Pedro Paulo Leoni, de integrar o Esquema PC Farias. Segundo as denúncias, ele era o homem desse esquema que manipulava os recursos dos fundos de pensão das empresas estatais, como a Previ (dos funcionários do Banco do Brasil). O proprietário da João Fortes Engenharia, Márcio Fortes, disse que ele cobrou 15% do valor de construção do edifício-sede da Sistel (Fundo de Pensão dos funcionários da Telebrás) em Brasília, calculado em US\$ 25 milhões. Isto para que a sua empresa não fosse desqualificada na concorrência, feita por cartas-convite, apesar de ter oferecido o menor preço.

Antes, Edegar Cid Ferreira já havia sido denunciado pelo *Jornal do Brasil* por suas ligações com o megatraficante William Reed Elswick, o Capitão América. Ferreira e o advogado Durval Noronha Goyos Jr. haviam fundado o Claymore International Bank, nas Ilhas Cayman, em janeiro de 1986, banco suspeito de fazer lavagem de dólares. O presi-

NEM JET-SKI,
NEM CAMISETA ...
MAS EU TENHO
UM MINISTÉRIO
QUE YOU
TE CONTAR
...

MARINONI



ano e em 93. Optou pelas saídas mais ortodoxas. A partir do dia 8, anunciou que renunciaria a uma reforma tributária mais profunda este ano, e procuraria adotar apenas um ajuste fiscal de emergência. E avalizou as declarações dos técnicos que falavam em executar tal ajuste instituindo impostos diretos, que penalizam, por não estabelecerem alíquotas diferenciadas para cada faixa de renda, essencialmente os assalariados e os mais pobres.

VELHAS REGRAS. Como sur-

giram sinais de que nem o ajuste fiscal seria capaz de pôr fim à crise financeira do Estado, os ministros econômicos passaram a falar num amplo corte de despesas. Mais uma vez, a opção foi conservadora. Os ministros Paulo Haddad e Gustavo Krause apresentaram soluções que eliminam investimentos importantes em programas sociais e de infraestrutura, enquanto preservam o pagamento de juros altíssimos aos grandes grupos econômicos. Em reunião realizada dia 18, Itamar, Krause

e Haddad decidiram reduzir a Cr\$ 21,3 trilhões as despesas que serão feitas até o final do ano para novos investimentos. Resolveram também que no mesmo período serão destinados Cr\$ 27 trilhões ao pagamento de juros da dívida interna.

Um dia depois, o ministro do Planejamento revelou que por trás da decisão está o interesse de manter intacto o relacionamento com o FMI estabelecido ao longo do go-



JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA

Segundo a Folha de S. Paulo de 18 de maio de 1992, o dono do Bamerindus deixou a equipe econômica do governo perplexa ao declarar que havia vendido bois sem nota fiscal, durante o Plano Cruzado, em 1986. Andrade Vieira disse que na época os frigoríficos só compravam sem nota. Ele afirmou ainda que não estava recolhendo o Finsocial desde agosto de 1991. Disse ter se "prostituído" ao deixar de pagar os impostos e que havia entrado na Justiça contra o Finsocial, porque tinha gran-

verno Collor. Encarregado pelo presidente de desmentir uma manchete do *Jornal de Brasília*, que previa rompimento com o Fundo, Krause garantiu que "o respeito à austeridade financeira", expresso na política de juros, era um dos sinais do empenho em cumprir as metas acertadas com o FMI.

O apego ao passado manifestou-se também no descumprimento, ao menos até agora, da promessa feita por Itamar acerca das privatizações poucos dias antes de tomar posse. Ele havia prometido submeter todo o programa ao Congresso Nacional, mas já no dia 9 permitiu que se realizasse normalmente o leilão da Goiásfértil, uma importante fábrica de fertilizantes da Petrobrás.

OS ALIADOS. Três dias depois começou uma breve batalha acerca da Acesita. O ministro Paulino Cícero foi a Itabira, onde fica a empresa, e propôs que o governo ao menos exigisse, do comprador da estatal, a manutenção do nível de emprego. As declarações motivaram protestos irados da direita, e o recuo veio a cavalo. No dia 13 o novo presidente do BNDES, Antonio de Barros Castro, saiu de uma reunião com Itamar garantindo que fora autorizado a manter "rigorosamente" tanto o cronograma quanto os ritos fixados para venda da empresa. O presidente autorizara também, afirmou Barros Castro, o cumprimento de todos os

leilões de empresas públicas marcados no governo Collor.

Afastando-se rapidamente da esquerda, nem assim Itamar conseguiu apoio firme dos conservadores. Fiéis a uma política que os tem levado nos últimos anos a evitar compromissos explícitos com o Executivo, os principais políticos e ideólogos das elites empenham-se em manter o governo sob pressão permanente. Policiam todas as atitudes dos ministros não identificados com o programa neoliberal, e parecem eleger seus próprios ídolos no Planalto - o mais cotado, no momento, é Andrade Vieira, titular da Indústria e Comércio, que faz questão de mostrar independência em relação ao presidente. Nesta tensão, e na possibilidade, que não parece esgotada, de recorrer à mobilização dos trabalhadores, podem residir as chances de inverter um jogo cujos primeiros momentos foram francamente desfavoráveis às forças progressistas.

EDUARDO ROSA,
de São Paulo



TRÊS VEZES PODRE

Lázaro Barbosa, afilhado político de Itamar Franco e novo ministro da Agricultura, é um notável às avessas. Seu currículo carrega três medalhas podres:

- foi um dos coordenadores da campanha de Collor à presidência, cargo do qual foi humilhanamente destituído pelo "caçador de marajás";

- como secretário-geral do ministério da Agricultura, foi diretamente responsável em 1989 pelo apodrecimento de milhares de toneladas de arroz em armazéns improvisados na região de Formoso do Araguaia (GO);

- denúncia feita pelo deputado petista Luís Gushiken, confirmada por relatório do Tribunal de Contas da União, indica o envolvimento direto de Barbosa no escândalo do "turismo dos grãos": enquanto o governo beneficiava armazenadores privados para estocar alimentos, 40% da capacidade dos armazéns públicos ficavam ociosos.

dente do banco, o ex-embaixador brasileiro em Washington Sérgio Corrêa da Costa, também esteve envolvido nos escândalos do Bank of Credit and Commerce Internacional (BCCI). O *Jornal do Brasil* afirmou que Ferreira e Noronha receberam US\$ 1 milhão de William Reed Elswick para "comprar influência em Brasília", isto é, obter o perdão do presidente José Sarney para seus crimes e a cidadania brasileira (para evitar que ele fosse extraditado).

Voltando ao Alexandre Costa: em 1987, ele empregava três filhos, uma nora e sua esposa, Ana Lúcia, no seu gabinete. A família recebia os salários sem ir ao local de trabalho. A filha Márcia, inclusive, morava em São Paulo, no Sumaré. A imprensa denunciou o fato na época, com grande repercussão.

Em agosto de 1988, com a nomeação do governador do Distrito Federal, José Aparecido, para o Ministério da Cultura, o ex-presidente José Sarney quis nomear Alexandre Costa para o cargo. Foi uma confusão. O texto da nova

Constituição, já aprovado mas não promulgado, dizia que os parlamentares perderiam o mandato se assumissem cargos executivos. Costa perderia, portanto, cinco anos de mandato. O governo tentou fazer aprovar (com o apoio, entre outros, de Ulysses Guimarães, do líder do PMDB, Nelson Jobim, e do então senador sem partido Itamar Franco) uma emenda aditiva às Disposições Transitórias da Constituição, que permitiria o casuismo. A emenda foi sugerida por Henrique Hargreaves, hoje chefe da Casa Civil da Presidência, que na época trabalhava justamente ali. Jamil Haddad, hoje ministro da Saúde, então senador, foi contra. O senador Maurício Corrêa, hoje na pasta da Justiça, também foi contra. Contestando o apoio de Itamar a Alexandre Costa, Corrêa disse na época: "Itamar, você é engenheiro e está querendo construir uma ponte com a Constituição". (A alfinetada certamente se referia ao fato de Alexandre Costa ser lobbista de empreiteiras de grandes obras, como a Ferrovia Norte-Sul...)

ANSELMO QUERUBIM,
de Brasília

Ser ou não ser, eis a questão

A esquerda oscila entre o apoio aberto e a torcida. Mas nem tudo favorece Itamar.

Três semanas após a posse de Itamar na presidência da República, os partidos de esquerda com representação no Congresso Nacional ainda não sabem os rumos que o novo governo adotará.

Predomina, entre os parlamentares desses partidos, a idéia de que o amplo movimento político que culminou na aprovação do pedido de impeachment de Collor tem a responsabilidade de respaldar o governo Itamar. O novo governo já é motivo, no entanto, de divergências intrapartidárias, principalmente no Partido dos Trabalhadores e no Partido da Social Democracia Brasileira.

APOIO. O deputado Augusto Carvalho (DF) afirmou ao **Brasil Agora** que o seu Partido Popular Socialista não aceita "de jeito nenhum a posição farisáica segundo a qual não temos nada a ver com o novo governo".

O deputado afirma que o PPS apóia o governo Itamar "com independência", elogia "a sua disposição de diálogo, que contraria o estilo autoritário de Collor" e diz que Itamar inaugurou um regime de "pré-parlamentarismo". Carvalho lembra que o presidente do PPS, o deputado Roberto Freire, é cogitado para a liderança do governo na Câmara dos Deputados.

"Não estamos disputando cargos mas, sem gula nem disputa, o PPS está disposto a participar do governo, na área da Saúde ou da Educação, por exemplo", informa Augusto Carvalho.

RESPALDO. Posição semelhante a esta é defendida pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), cujo Comitê Central reuniu-se nos últimos dias 15, 16 e 17 em São Paulo.

Segundo nota divulgada, "o Partido Comunista do Brasil considera necessário que todas as forças políticas comprometidas com o movimento que resultou no afastamento de Fernando Collor e na posse de Itamar Franco, ofereçam respaldo político ao

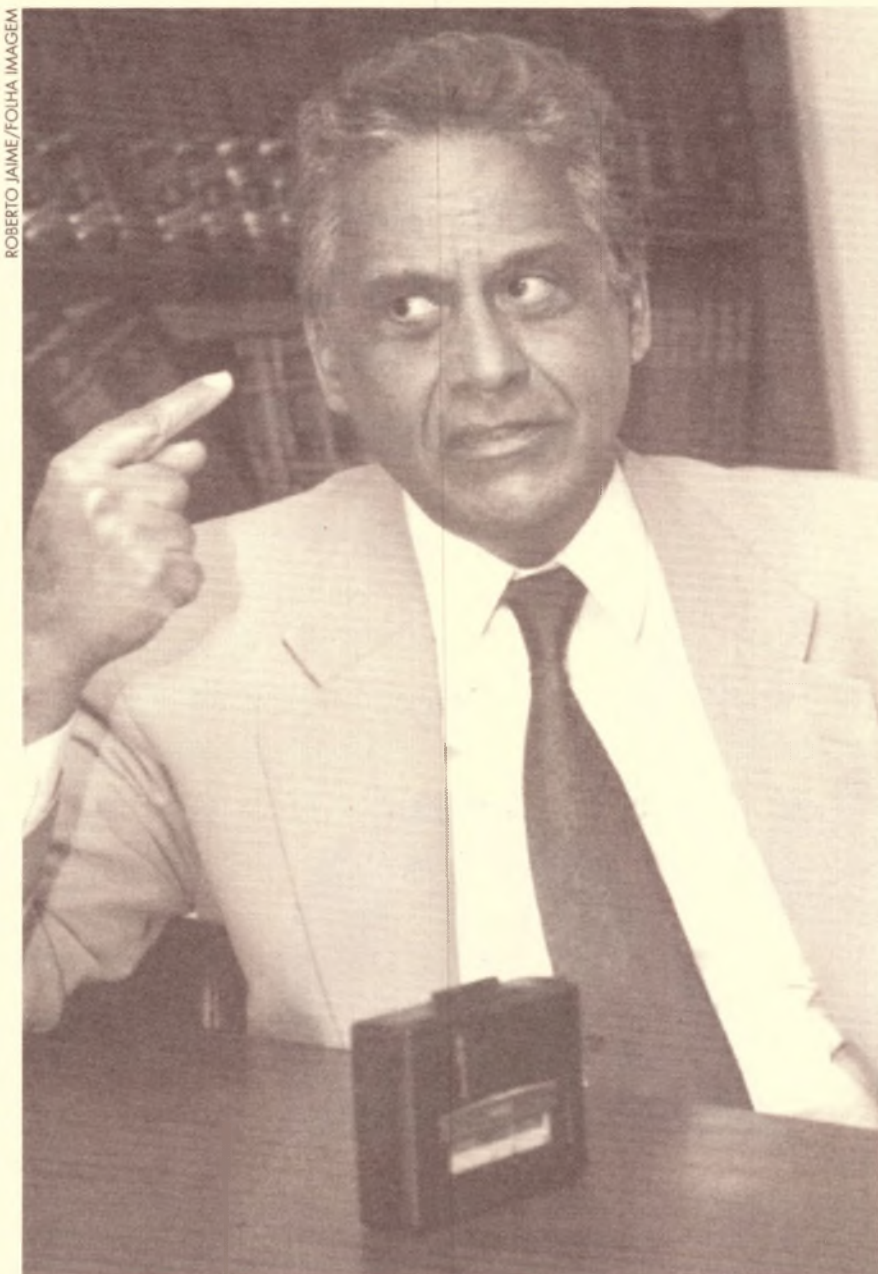
novo governo, a fim de ajudá-lo a corresponder às expectativas do povo brasileiro".

O líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, justifica a resolução do seu partido, dizendo que o novo governo "é de transição e sua fisionomia ainda não está delineada". Rebelo acha que, além das pressões dos partidos que compõem o governo Itamar, "é preciso levar em conta também a pressão das ruas e do movimento que levou à deposição de Collor". De acordo com o deputado comunista, "o fato de Itamar ter iniciado seu governo criticando os rumos da chamada modernidade defendida por Collor merece apoio e trouxe expectativas".

TRANSIÇÃO. A mesma linha de argumentação é feita pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), que participa do governo Itamar com dois ministros, Jamil Haddad, da Saúde, e Antonio Houaiss, da Cultura. Entrevistado pelo **Brasil Agora**, o secretário geral do PSB, Roberto Amaral, afirmou que "o governo Itamar é um governo de transição, que tem conformação de centro-esquerda, com forte núcleo conservador".

Segundo Amaral, o PSB entende "que o movimento que teve o seu ápice no 29 de setembro (votação do impeachment) rompe com o processo derivado das eleições de 1989. Em outras palavras, o governo Itamar recolhe a sua legitimidade no movimento de massas que levou o Congresso Nacional a aceitar a admissibilidade do impeachment".

Amaral diz que esse movimento "não se limitou ao pedido de punição do presidente da República, pilhado em crime de responsabilidade. As vozes das ruas clamavam por uma ruptura radical do modelo neoliberal e ao mesmo tempo reclamavam a retomada do desenvolvimento como forma de impedir a



Cardoso: finalmente chanceler, depois de muitos anos em que aguardou na fila.

avalia o governo Itamar de maneira mais crítica é a esquerda do PSDB, formada, entre outros, por parlamentares como Sigmaringa Seixas (DF), Jabes Ribeiro (BA), Paulo Silva (PI), Tuga Angerami (SP) e Jorge Uequed (RS). Foi esse grupo que impediu que o PSDB aderisse, no último mês de abril, ao governo Collor.

Um deputado desse grupo, que não quer ser identificado, disse ao **Brasil Agora** que "a maioria da bancada está irritada com o modo pelo qual a direção do partido conduziu a adesão ao governo, sem consulta à executiva ou à bancada". Agastado, o parlamentar disse que "o PSDB parece um partido de coronéis".

O deputado explica que nenhum dos ministros filiados ao PSDB foram escolhidos pelo partido. "Paulino Cícero, das Minas e Energia, foi uma indicação de Aureliano Chaves. Fernando Henrique Cardoso, das Relações Exteriores, aceitou o cargo porque este era um antigo projeto pessoal seu. E Jutahy Magalhães Jr., do Bem Estar Social, foi uma indicação do pai dele, o senador Jutahy Magalhães, que recebeu o convite em primeiro lugar, por causa de um problema regional: atacar o governador Antonio Carlos Magalhães no terceiro dele".

Esse deputado não concorda com a tese segundo a qual quem apoiou o impeachment deve apoiar o governo Itamar. Lembra que o presidente em exercício "foi eleito na chapa de Collor, através de um estelionato eleitoral. Ele chegou a presidência porque a Constituição foi cumprida", diz.

O parlamentar da esquerda do PSDB avalia que o governo Itamar "é muito complicado". "Houve uma pulverização do poder e da máquina entre grupos políticos totalmente divergentes.

O problema se agrava porque Itamar, ao contrário de Tancredo Neves, não tem carisma nem competência para costurar um governo coeso e, pior, não dispõe de um programa mínimo. Finalizando, o deputado dissidente afirma que a melhor definição desse posicionamento é dado por uma raposa do PDS, que declarou à imprensa que seu partido não quer cargo de ministro no governo mas sim postos no segundo escalão, "para que a gente se fortaleça nos estados". "Quer dizer, os grupos que fatiaram o governo Itamar estão num trabalho de sapa. Vão reparar tudo o que puderem agora, antes que se inicie a campanha presidencial de 1994".

ANTONIO CARLOS QUEIROZ,
de Brasília

destruição da economia nacional e o aumento do desemprego. A legitimidade do governo de transição vai ser medida por sua capacidade de responder a esses anseios".

O secretário do PSB adianta que "no governo nós tudo faremos para aprofundar o seu caráter popular, democrático e antineoliberal. E permaneceremos nele enquanto esta luta se nos afigurar como possível e coerente".

CAUTELA. Já o deputado Vivaldo Barbosa, do PDT, prefere ser mais cauteloso. Ele disse ao **Brasil Agora** que "ainda é cedo para apreciar este governo", embora concorde que a sua composição "é bastante contraditória, fato que, segundo ele, poderá resultar em confluência ou em conflitos". Barbosa garante que a escolha do senador pedetista Maurício Correa para o Ministério da Justiça não foi discutida com o PDT: "foi uma escolha pessoal".

Membro dos mais atuantes da Frente Parlamentar Nacionalista, Vivaldo Barbosa saiu bastante decepcionado da audiência que parlamentares da Frente mantiveram com Itamar na tarde da terça-feira para solicitar a suspensão do leilão de privatização da Acesita (ver página 11).

POLÊMICA. O posicionamento do PT frente ao governo Itamar foi tema de grande polêmica na Executiva Nacional do partido. Segundo a nota aprovada, o PT foi investido de novas responsabilidades no processo de destituição de Collor e posse de Itamar, "resultado de inicia-

tivas políticas da sociedade e no parlamento".

A nota afirma que "não podemos lavar as mãos diante da nova situação criada" e que a população não entenderia esta atitude, como igualmente não compreenderia "se nos oferecêssemos, pressurosos, para integrar o novo governo ou viéssemos a aceitar convites que eventualmente nos fossem formulados".

Para concluir, o PT define sua posição ressaltando que não reivindica nem pretende participar do governo Itamar e afirma que "subirá a rampa do Planalto quando seus candidatos sejam escolhidos pelo voto popular, que espera ocorra em 1994". "Permanecendo na oposição, o PT não se omite frente ao novo governo", oferecendo um programa que "aponta para o início da resolução dos mais graves problemas do país".

Votaram contra essa posição vários dirigentes que defendiam uma postura mais claramente oposicionista e o deputado Eduardo Jorge (SP), que considera uma precipitação o PT se definir como oposição.

Lula, na **Folha** e no **Brasil Agora**, disse que o PT não se declara oposição. O deputado Vladimir Palmeira, no **Linha Direta**, considera a orientação do governo Itamar tão conservadora quanto a de Collor. Para ele, a única mudança é Walter Barelli no Ministério do Trabalho, mas mesmo assim sem poder tocar no salário mínimo ou no desemprego: "Colocaram o Barelli para enfeitar o bolo".

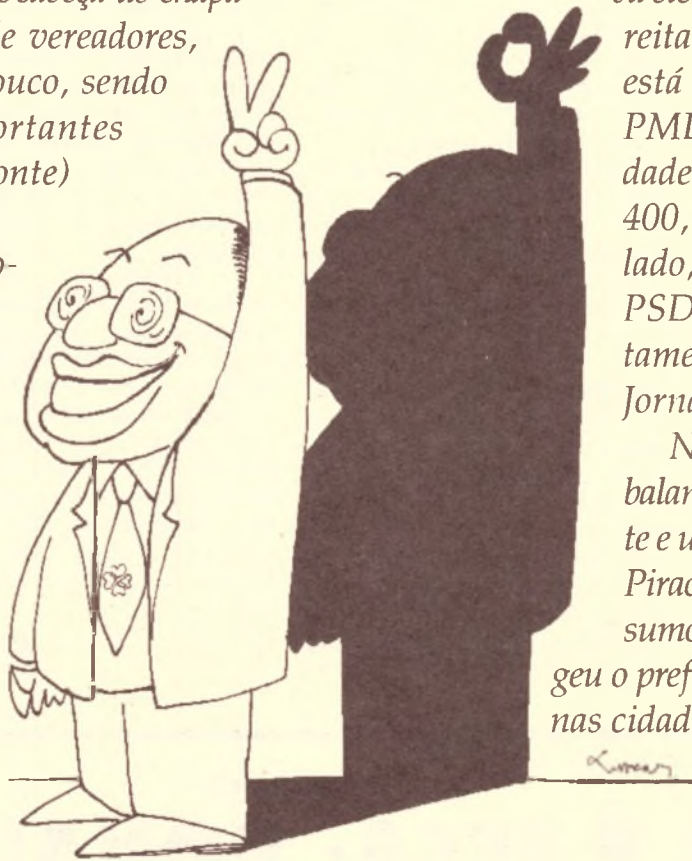
CORONELISMO. Quem também

SÃO PAULO, O GRANDE DESAFIO

Há quem diga que Lula perdeu as eleições presidenciais em São Paulo. E os problemas do PT no estado dos bandeirantes continuaram neste primeiro turno: o partido recuou com relação a 1988 em número de votos e de vereadores. Fica ressaltada a importância do segundo turno em São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto, Santos e na capital.

Em nível nacional, o resultado também ficou abaixo das expectativas: apesar da conjuntura em tese favorável, o partido elegeu apenas 46 prefeitos, além de 40 vice-prefeitos com o cabeça-de-chapa de outra legenda. O número de vereadores, por sua vez, cresceu muito pouco, sendo que em várias cidades importantes (como São Paulo e Belo Horizonte) ele diminuiu.

Registre-se também as derrotas de várias administrações democráticas e populares. Em 1988, o PT venceu as eleições em 36 cidades. Ao longo do mandato, doze prefeitos romperam com o partido ou vice-versa. Das 24 que continuou administrando, o PT foi derrotado em 11 e disputa o segundo turno em Santos, São Paulo e Porto Alegre. Entre as derrotas, cidades como São Bernardo, San-



to André, Piracicaba e Vitória - sendo que nas duas primeiras não se conseguiu nem ao menos garantir a realização do segundo turno.

Os números totais da eleição ainda não estão disponíveis, impossibilitando uma avaliação mais precisa, que exige também considerar o desempenho da legenda, o resultado do conjunto dos partidos de esquerda, o papel das coligações eleitorais, o crescimento da abstenção e dos votos nulos e brancos.

Contudo, é preciso por as barbas de molho. Afinal, o resultado das eleições mostra que a reserva

eleitoral dos partidos de direita e do centro conservador está longe de se esgotar. O PMDB venceu em 1300 cidades; o PFL 1000; o PDS, 400, o PTB, 200. Por outro lado, o PDT elegeu 250 e o PSDB, 150 prefeitos (levantamento preliminar feito pelo Jornal do Brasil).

Nas próximas páginas, um balanço das eleições no Nordeste e uma análise da derrota em Piracicaba(SP). Abaixo, um resumo das cidades onde o PT elegeu o prefeito -na maioria, pequenas cidades— e o número de vereadores petistas, estado por estado, em 1988 e neste ano..

VEREADORES PETISTAS:

UM PEQUENO CRESCIMENTO*

ESTADO	1988	1992
ACRE	6	6
ALAGOAS	6	2
AMAZONAS	**	**
AMAPA	5	3
BAHIA	28	37
CEARA	18	37
ESPIRITO SANTO	56	37
GOIAS	70	26
MARANHAO	12	16
MINAS GERAIS	220	300
MT. GR. DO SUL	3	7
MATO GROSSO	12	18
PARA	37	39
PARAIBA	6	14
PERNAMBUCO	4	20
PIAUI	3	3
PARANA	33	47
RIO DE JANEIRO	18	27
R. GDE. NORTE	5	10
RONDONIA	28	36
RORAIMA	**	**
R. GDE. SUL	123	140
S.TA CATARINA	45	95
SERGIPE	**	**
SÃO PAULO	277	210
TOCANTINS	3	10
TOTAL	1018	1140

* - TOTALIZAÇÃO PRELIMINAR



AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NESTA EDIÇÃO FORAM FORNECIDAS PELO GRUPO DE TRABALHO ELEITORAL DA DIREÇÃO NACIONAL DO PT, QUE UTILIZOU COMO FONTES O CENSO/91 DO IBGE, O GUIA BRASIL 1992 E OS DIRETÓRIOS REGIONAIS DO PT.

O PT ELEGE OS PREFEITOS EM 46 CIDADES

ACRE
Rio Branco (Capital)
População: 198.001 hab.
Base econômica: extração de borracha e castanha
Prefeito: Jorge Viana, eng. Florestal
Vice: Regina Lino (PSDB)

ALAGOAS
Água Branca
população: 26.545 hab.
Prefeito: Luis Xavier

AMAPÁ
Água Branca do Amapari
Prefeito: José Maria
Vice: [PSDB]

Mazagão
População: 30.145 hab.
Prefeito: Antônio Elias
Vice: Ana Luíza (PSDB)

BAHIA
Jaguaraçu (já administrada pelo PT)
População: 39.034 hab.
Base econômica: agricultura
Prefeito: Paulo Sérgio Nunes, Médico
Vice: Eurípedes Corrêa (PSB), Trab. Rural

Itabuna
População: 181.507 hab.
Base econômica: agricultura, indústria
Prefeito: Geraldo Simões, Téc. Agrícola
Vice: Xavier (PSB), Pres. Esp. Clube Itabuna

CEARÁ
Icapuí (já administrada pelo PT)
População: 13.658 hab.
Base econômica: pesca, artesanato, extração mineral
Prefeito: José Ailton Cirilo, Advogado
Vice: Antônio Cesar (PT), Pescador

Quixadá
População: 74.179 hab.
Base econômica: agricultura, indústria, pecuária
Prefeito: José Hilário Marques, Advog.
Vice: Júlia Tavares (PT), Professora

ESPIRITO SANTO
Escaporanga
População: 24.360 hab.
Base econômica: agricultura, pecuária
Prefeito: Francisca Roberto Figueiredo, Agente da Secretaria do Fazendo

MARANHAO
Alcântara
População: 12.000 hab.
Base econômica: turismo, pesca, agricultura
Prefeito: Ailton Viegas, Médico
Vice: Raimundo Renato Silva (PT), Coord. Secretariado Trab. Rurais da CUT

MATO GROSSO
Santa Terezinha
População: 8.903 hab.
Base econômica: agricultura
Prefeito: Antônio T. Escame, Contador
Vice: Orlan Ferreira (PMDB)

MINAS GERAIS
Ipatinga (já administrada pelo PT)
População: 255.686 hab.
Base econômica: indústria metalúrgica
Prefeito: João Magno de Moura
Vice: Djalmir Rodrigues da Silva (PT)

Ilicineia (já administrada pelo PT)
População: 8.786 hab.
Base econômica: agropecuária
Prefeito: Sílvia Ribeiro
Vice: Mariza H. de Jesus Melo (PT)

Betim
População: 170.616 hab.
Base econômica: indústria metalúrgica
Prefeito: M. Carmo Perpétua
Vice: Jesus Lima (PT)

Mutum
População: 27.017 hab.
Prefeito: Osório Teixeira
Vice: Pedro Soares de Oliveira (PT)

Pavão
População: 15.034 hab.
Base econômica: agropecuária
Prefeito: Leodânio A. Martins
Vice: Geraldo Lima (PSDB)

Alvarenga
População: 5.996 hab.
Base econômica: agropecuária
Prefeito: Homero João Pinto
Vice: José Raimundo (PT)

Resende Costa
População: 17.570 hab.
Prefeito: Luis Antônio Pinto
Vice: João de Paiva Filho (PT)

Lagoa da Prata
População: 39.580 hab.
Base econômica: agroindústria
Prefeito: José O. Ribeiro
Vice: José Teófilo Ribeiro (PT)

Itinga
População: 22.595 hab.
Base econômica: agropecuária
Prefeito: Solano de Barros
Vice: João Alves Rufino (PT)

Buenópolis
População: 10.000 hab.
Base econômica: agropecuária
Prefeito: José do Fard
Vice: Joaquim Arcajo (PSDB)

Três Marias
Prefeito: Manoel Castelo Branco
Vice: Geraldo J. Barbosa (PDT)

Cambuí
Prefeito: Marcus Wagner de Carvalho
Vice: Alcino João dos Santos (PT)

PARÁ
Gurupá
População: 15.000 hab.
Base econômica: extrativismo, agricultura
Prefeito: Moacir Alho, Trabalhador Rural
Vice: Edson Lima (PT), Comerciante

Oeiras do Pará
População: 12.000 hab.
Base econômica: extrativismo, agricultura
Prefeito: Evandro C. Cardoso, Agrônomo
Vice: Josimar da Silva (PT), Trabalhador Rural

PERNAMBUCO
Escada
População: 55.837 hab.
Base econômica: indústria, agricultura [cana]
Prefeito: José Mária Bezerra Laerte, Adv.
Vice: Edelzail de L. Mendes (PT), Administrador de Recursos Humanos

Mirandiba
População: 12.864 hab.
Base econômica: agricultura
Prefeito: Nelson de Carvalho, Dentista
Vice: Jorge R. de Sá Carvalho (PSDB), Méd.

RIO GRANDE DO NORTE
Janduí (já administrada pelo PT)
População: 5.987 hab.
Base econômica: agricultura
Prefeito: Bastim Gurgel, Peq. Prod. Rural
Vice: Francisca Irene Lopes Galdino (PT), Funcionária Pública Municipal

RIO GRANDE DO SUL
Ronda Alta (já administrada pelo PT)
População: 11.800 hab.
Base econômica: agricultura, soja
Prefeito: Abrelino Mattei, Professor
Vice: Leomar Bonavigo (PT), Agrônomo

Nova Barreira
População: 6.000 hab.
Base econômica: agricultura
Prefeito: Edmar João Rosseto, Professor
Vice: Dirceu Kolling (PT), Professor

Araúba
População: 10.709 hab.
Base econômica: agricultura (minifúndios)
Vice: Dirceu Delani (PT), Dentista

David Canabarro
População: 5.000 hab.
Base econômica: agricultura (minifúndios)
Prefeito: Luis Dean, Professor
Vice: Angelo Griza (PMDB), Agricultor

Boa Vista da Buricá
População: 9.085 hab.
Base econômica: agricultura
Prefeito: Antônio Sérgio Matta, Médico
Vice: (PMDB)

Santa Expedita do Sul
Base econômica: agricultura
Prefeito: Aquiles Soares da Rosa
Vice: (PDT)

RIO DE JANEIRO
Angra dos Reis (já administrada pelo PT)
População: 80.000 hab.
Base econômica: atividade portuária, turismo, indústria
Prefeito: Luis Sergio Nabrega, Metalúrgico
Vice: José Marcos Castilho, secretário municipal da Agricultura e Pesca

RONDÔNIA
Ouro Preto do Oeste
População: 83.719 hab.
Base econômica: agricultura [cacaú], pecuária leiteira
Prefeito: Agmar de Souza Gomes (Piau), Agricultor
Vice: Antônio Miguel Arrabal (PT), Agricultor/Carreteiro de Imóveis

Jaru
População: 63.317 hab.
Base econômica: produção de cacaú
Prefeito: Rui Luis Zimer, Dentista
Vice: Marcos Chaves (PT), Bancário

Nova Brasilândia
População: 15.797 hab.
Base econômica: agricultura, extrativismo
Prefeito: Jaarez M. de Oliveira, Agricultor
Vice: Aderal Pereira da Cruz (PT), Comerciante

SÃO PAULO
Diadema (já administrada pelo PT)
População: 303.586 hab.
Base econômica: indústria
Prefeito: José Di Filippi Júnior, Engenheiro
Vice: Antônio Paraná (PT), Metalúrgico

Cosmópolis (já administrada pelo PT)
População: 36.646 hab.
Base econômica: comércio e serviços
Prefeito: Mauro Pereira, Engenheiro
Vice: Rubens de Matos (PT), Bioquímico

São Vicente
População: 270.000 hab.
Base econômica: turismo
Prefeito: Luis Carlos Pedro, Microemp.
Vice: Ubirajara de Melo (PT), Médico

Monte Alto
População: 43.893 hab.
Base econômica: agricultura, indústria
Prefeito: Aparecido Sartor, Bancário
Vice: Sérgio Casaré (PT), Vencedor

Franca da Rocha
População: 85.470 hab.
Base econômica: cidade-dormitório
Prefeito: Mauro Lima de Moraes, Jornalista
Vice: Winderson Anzelotti, Administrador

Avanhandava
População: 7.964 hab.
Base econômica: agricultura, indústria
Prefeito: Mário Leocádia Leite, Médico
Vice: Wilson Arruda (PT), Professor

São Joaquim da Barra
População: 34.152 hab.
Base econômica: agricultura, avicultura, indústria
Prefeito: José Iva Vanucchi, Advogado
Vice: Jorge Sandrini (PSDB), Médico

Agudas
População: 34.402 hab.
Base econômica: agricultura, indústria, pecuária
Prefeito: Nivaldo Clemente
Vice: Roque Ribeiro da Silva

SALVADOR

COLIGAÇÃO AMPLIADA

Lídice da Mata, candidata da Frente Popular (PSDB, PT, PDT, PCdoB, PPS, PSB, PV e PMN), conta com o apoio pessoal de Pedro Irujo (PRN) e Marcos Medrado (PDC), terceiro e quarto colocados, respectivamente, no primeiro turno. O PMDB, que disputou o primeiro turno em coligação com o PRN, também formalizou o seu apoio à Frente. O PT foi o único partido que se colocou contrário à entrada do PMDB no Conselho Político da Frente Popular. No Conselho, tinham assento somente os oito partidos que formaram a coligação para disputar o primeiro turno.

Segundo a previsão da Frente Popular, para derrotar o candidato de ACM são necessários cerca de 30 mil votos, além dos 271.195 obtidos no primeiro turno. Manuel de Castro, da coligação que reúne PFL, PTB, PDS e PL teve 150.376 votos (24,53% contra 44,24% de Lídice). Em terceiro lugar ficou Pedro Irujo, da coligação PRN e PMDB, com 105.417 votos (17,2%), seguido de Marcos Medrado (PDC-PSC), com 55.054 votos (8,48%).

A Câmara Municipal, com 35 vagas, terá três representantes do PT, três do PSDB, um do PCdoB, quatro do PDT, 1 do PMN, cinco do PDC, dois do PMDB, três do PL, três do PSC, 1 do PTR, dois do PRN, quatro do PFL e três do PTB. Os maiores derrotados nas eleições proporcionais de Salvador foram o PFL e o PMDB, que diminuíram significativamente suas bancadas.

No interior do estado, o PMDB venceu em 67 municípios (em 1988 elegeu 148) e o PFL elegeu 237 prefeitos. Porém entre as sete maiores cidades do estado, já perdeu em três e provavelmente será derrotado em Salvador. Mas se considerarmos os vinte maiores municípios, constatamos que o PFL venceu em treze deles (Juazeiro, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Jequié, Alagoinhas, Simões Filho, Paulo Afonso, Candeias, Eunápolis, Serrinha, Itamaraju, Senhor do Bonfim, Conquista). Em 1988, o PFL elegeu apenas quatro das vinte maiores cidades; e o PMDB, mais na época elegeu doze, este ano venceu em apenas três.

ARRASTÃO DE RICOS: QUATRO GRUPOS DISPUTAM A AGESITA!



JOÃO PESSOA

ASCENSÃO DA ESQUERDA

Exemplo de várias outras cidades do Nordeste, João Pessoa, capital paraibana, está em vias de eleger, pela primeira vez nas últimas décadas, um prefeito de esquerda: Chico Lopes, do Partido dos Trabalhadores, 40 anos, viúvo, pai de duas filhas, deputado estadual e ex-presidente da Associação do Magistério Público do Estado, transformada em Sindicato dos Trabalhadores em Educação durante sua gestão, vem sendo apontado em pesquisas divulgadas pelos jornais como provável vencedor do segundo turno da eleição, que terá também Chico França, representante do "braguismo" (corrente política dominada pelo ex-governador e ex-prefeito Wilson Braga).

No primeiro turno, França, com 65.256 votos (41,94%) superou a votação de Lopes, candidato pela Frente Partidos do Povo (45.543 votos e 29,27%).

De fato, se no primeiro turno surpreendeu a facilidade com que o candidato do PT pulverizou a candidatura de seu adversário do PMDB - que além de filho de um ex-prefeito da cidade contava com o apoio ostensivo da máquina do governo estadual -, mais ainda surpreendeu a votação pífia obtida por Braga, que se candidatou e elegeu vereador com apenas cerca de 7 mil votos.

JOGO BAIXO. Braga, afastado do cargo de prefeito em 1990 para disputar o governo estadual, registrou o nome de sua mulher, Lúcia, como candidata pelo

Consciência crescente e coerência do PT devem eleger Celso Lopes

PDT, sabendo, evidentemente, que ela era ineleável. Com essa jogada, o "braguismo" quis se transformar em vítima a menos de um mês das eleições. O TRE impugnou por 7 votos a zero a candidatura da deputada federal Lúcia Braga, não impedindo, porém, o sucesso da jogada de mestre do velho cacique: não havia mais tempo para serem confeccionadas outras cédulas, de forma que o nome de dona Lúcia constou como candidata do PDT no lugar do candidato-fantasma, o tal Chico França.

O tiro, no entanto, pode ter saído pela culatra: Braga não conseguiu a vitória no primeiro turno como pretendia, e agora, no segundo, é óbvio que o nome de dona Lúcia não irá constar da cédula.

COERÊNCIA. Para Chico Lopes, há dois fatores determinantes para a compreensão da escalada da esquerda, nos últimos anos, não apenas em João Pessoa, mas em outras cidades nordestinas. "Em primeiro lugar, há a coerência do PT, uma coerência baseada em princípios e em decisões coletivas. Este perfil de coerência inexistia nos políticos

tradicionais. Os Braga são um exemplo claro disto. Wilson Braga fez sua iniciação na política através da UDN, de onde passou para a Arena, depois para o PDS, daí para o PFL, de onde criou um 'braço' no PL, e hoje é dono do PDT paraibano e brizolista roxo..."

O outro fator também se relaciona, paradoxalmente, às práticas de paternalismo e populismo das tradicionais "famílias" políticas. "Até 1988", explica Chico, "não havia na Paraíba concursos públicos para servidores, o que acabou institucionalizando a prática das famosas sinecuras: obtenção de empregos públicos através de favorecimentos políticos. Este era um expediente que, durante décadas e décadas, serviu à perpetuação de clãs políticos no poder. Hoje, no entanto, esses mesmos políticos amargam o reverso da medalha: com uma população de cerca de 500 mil pessoas, João Pessoa tem cerca de 300 mil habitantes que dependem, direta ou indiretamente, de empregos públicos."

A progressiva e constante desvalorização profissional de funcionalismo público, levou um considerável contingente de trabalhadores - servidores municipais, estaduais e federais - a se organizar e se conscientizar politicamente. Estou convencido de que não foi por acaso que na eleição presidencial, por exemplo, a população de João Pessoa deu a vitória a Lula nos dois turnos."

JÔ AMADO, de João Pessoa



Chico Lopes: vencendo o "braguismo"



Jarbas Vasconcelos levou no 1º turno

RECIFE

LANTERNA PARA ARRAES

A vitória de Jarbas Vasconcelos e o segundo lugar do PT derrotam a direita e a esquerda populista.

com sua posição em relação ao Collorgate.

DESCULPAS. Nem o governador nem o deputado Arraes se consideram derrotados. Este afirma que o PSB cresceu muito com a campanha, esquecendo a derrota do neto, cujo único trunfo era mesmo ser neto. Enquanto isso o governador tenta safar-se proclamando que a campanha política não girou em torno de questões estaduais, programas, ideais e nomes, mas unicamente em torno da problemática nacional em torno da CPI sobre Collor-PC Farias.

O resultado positivo para a esquerda mais moderna em Recife é visto pelo candidato petista, deputado estadual Humberto Costa, como um aumento significativo do espaço do seu partido no estado: o PT, que nunca havia conseguido um espaço real de disputa em Pernambuco, desta vez conseguiu.

Humberto Costa afirma que o campo considerado de esquerda em Pernambuco era domina-

do por caciques e foi extremamente positivo quebrar esse domínio. "Nesta eleição, não houve a tradicional polarização recifense entre esquerda populista e direita. Tivemos uma eleição com três chapas do campo democrático e o 1º e 2º lugares ficaram com o campo democrático: Jarbas e eu", analisa o deputado.

Em outra cidade da região metropolitana de Recife, Jaboatão dos Guararapes, ele elegeu a vitória do PT e da esquerda sem caciques foi ainda maior do que na capital. Porque aquela cidade, apesar de ser vizinha de Recife, tem tradicionalmente uma política clientelista e doméstica, muito provinciana, e lá o candidato petista, deputado estadual João Paulo, obteve 19.720 votos (15,8% do eleitorado), tornando-se importante no segundo turno, que se travará entre dois candidatos ligados ao status quo local: Luiz Carlos (60.644 votos, 48,6%); e Humberto Barradas (34.512 votos, 27,6%). Em Olinda, foi eleito um candidato do PMDB, o professor Germano Coelho.

No resto do estado, o PFL sofreu muitas derrotas, sem que isto consiga mudar o quadro de política convencional do interior, que gira normalmente em torno de oligarquias familiares ou caciques personalistas.

Mas, como Recife é a cabeça, o balanço é positivo para as forças democráticas e populares, ou de esquerda, conforme a preferência de terminologia.

JURACY ANDRADE, de Recife

MACEIÓ

A HORA É ESSA: RONALDO LESSA

A Frente Maceió Popular, com o vereador Ronaldo Lessa (PSB) candidato a prefeito e Heloisa Helena (PT) a vice, venceu o primeiro turno das eleições municipais. Uma vitória que lava a alma do alagoano e mostra para o país que aqui tem muita gente que trabalha, sofre, luta e começa a votar sem medo de ser feliz.

Especialmente depois da eleição de Collor, a esquerda em Maceió teve muito pouco espaço político para atuar. Com a acentuação da crise do governo, essa relação foi se alterando e abriu-se a oportunidade de apresentar uma candidatura popular, totalmente desvinculada da política tradicional e com possibilidades reais de construir uma força social e política alternativa.

Inicialmente a aliança do PSB com o PT enfrentou duas mega-coligações: o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB), apoiado pelo governador Divaldo Suruagy, hoje no PMDB, e pelo PCdoB e PPS, e a outra encabeçada pelo deputado José Bernardes (PFL), apoiado pelo governador Bulhões e pelo se-



Lessa: vitória na terra de Collor

nador Guilherme Palmeira. Para esclarecer, José Bernardes virou Zé do Collor...

Para o PT e PSB, a candidatura de Vilela, com o apoio do ex-governador Suruagy, se desarticulava como de oposição democrática.

MOBILIZAÇÃO. A campanha de Lessa cresceu com as mobilizações pelo impeachment de Collor. O comício com a presença de Lula foi o maior que já se realizou nessa cidade. A juventude que foi às ruas de Maceió encontrou a chance de votar e dar um

Com esse slogan, a coligação de esquerda vai firme para o segundo turno.

tos indique possibilidade de alteração no resultado. Aí se sabrá quem disputará com Lessa. No momento é o Zé do Collor que está em 2º lugar, mas a diferença para Téo Vilela é só de 1.500 votos. A eleição suplementar atrapalha a disputa, porque esfria e desestimula. Mas se vier, a Frente Maceió Popular quer alargar ainda mais a vantagem sobre os adversários.

grito de basta na política da "república das alagoas" e se engajar na luta por uma república democrática. No decorrer da campanha, o deputado federal Mendonça Neto (PDT) retirou a sua candidatura e passou a apoiar Ronaldo Lessa. Foi mais um impulso para a vitória.

A onda que levou Lessa ao 1º lugar não encontrou os partidos com suficiente organização e capacidade de comando para vincular a eleição majoritária à proporcional. PT e PSB não atingiram o coeficiente eleitoral e portanto não fazem vereadores.

Até às 18h do dia 21, o TRE não havia divulgado o resultado final das eleições. A coligação PSDB/PMDB entrou com uma série de recursos, baseando-se em acusações de fraude, especialmente na 3ª zona eleitoral. No mesmo dia 21, duas urnas foram recontadas. Há a possibilidade de eleições suplementares em urnas que venham a ser impugnadas e cuja soma de vo-

JOAQUIM SORIANO, de Maceió



MAX FOLGEBERDO

SÃO LUÍS

A DERROTA DO CLÃ SARNEY

Apesar de um desempenho fraco no interior do estado, a esquerda pode vencer na capital.



Conceição: grandes chances

Sabóia ficou em 3º lugar, para surpresa de quem acreditou nas pesquisas que davam o candidato petista como 6º ou 7º colocado entre os onze, a maioria deles muito expressivos no Maranhão.

Sabóia acha que foi para garantir os votos da direita - já conseguiu o apoio de João Castelo (PSD) e do líder do PRN na Câmara Municipal - que a candidata fez declarações críticas ao PT. O deputado estadual Domingos Dutra, que capitaneia o voto nulo, considera os dois concorrentes representantes da direita no Maranhão. Já Sabóia acredita que a tática de Conceição revela um temor pelo crescimento do PT.

QUEM É. Conceição Andrade tem 37 anos e é advogada, ligada às lutas populares e à Comissão Pastoral da Terra. Ex-deputada estadual, eleita em 1986, foi a fundadora do PSB em São Luís. Em 1990, foi candidata ao governo do Maranhão, obtendo expressiva votação. Naquele ano, a cha-

tros comunitários, na sua absoluta maioria, fantasmas". Os termos dos convênios implicam empregos provisórios para professoras comunitárias na periferia de São Luís, onde a pobreza é atroz. A vitória de Conceição no 1º turno significa o enraizamento da liderança do prefeito Jackson Lago, que conseguiu boa parte dos votos para a candidata do PSB.

VACAS MAGRAS. Enquanto decide se recorre ou não da decisão de chamar o voto nulo, o PT maranhense comemora uma grande vitória: a eleição do prefeito de Alcântara, cidade vizinha a

São Luís e patrimônio histórico do estado. Mas, de um modo geral, a vitória da esquerda nestas eleições foi muito magra: em Alcântara, venceu o PT e em Timon, a 4ª maior cidade do Maranhão, ganhou o PDT. Aliado a partidos conservadores, PDT e PSB venceram em várias cidades do interior do Maranhão. Mas para os analistas políticos de São Luís, o derrotado destas eleições foi José Sarney, que perdeu em São Luís, Imperatriz e São José do Ribamar, cidades onde não só ele fez campanha, como usou a estrutura de mídia que tem.

VERA PAOLONI, de São Luís

DITO PELO DITO

Ele foi o primeiro homem a pôr os pés na lua. E ninguém sabe, mas já fez muitas obras lá. Afinal, é engenheiro e sabe administrar. E é dele também a Estátua da Liberdade, assim como a Torre Eiffel e a Catedral de Notre Dame. A ferrovia Transiberiana - ele não contou isso para ninguém não só por modéstia, mas principalmente porque não ficava bem na época revelar que andou trabalhando para um país (que era) comunista - é outra obra dele.

Não podemos esquecer, ainda, entre outras obras suas, os canais de Suez e do Panamá, as pirâmides do Egito e o Central Park de Nova Iorque - seu lado ecológico. E por falar em lado ecológico, quem plantou a Floresta Amazônica? Quem? Quem? É ele! Paulo Maluf. Não acreditam? Ora, e só ouvir seus discursos: tudo o que existe em São Paulo foi ele que fez. Deve ter feito até o Padre Anchieta. E não há fracassos. Mesmo a Paulipetro, em que enterrou 500 milhões de dólares à toa, deu bons resultados na sua opinião: foi só a partir de sua ação na Paulipetro que a Petrobrás - segundo diz - começou a furar poços para extrair petróleo. Gozado. Desde a década de 50, então, a Petrobrás era uma ficção?

Agora, dependendo da nossa incapacidade e do direito e da sem-vergonhice de boa parte do eleitorado, ele pode voltar a ser prefeito. E as pessoas fingem (sabem que é impossível, mas muitas são sem-vergonhas mesmo) que acreditam que ele vai resolver todos os problemas de enchentes em São Paulo, vai urbanizar todas as favelas, dar emprego a todos os desempregados, encher a cidade de hospitais que funcionam maravilhosamente, dar transporte abundante e bem baratinho, terminar e começar outras obras faraônicas tipo túnel sob o rio Pinheiros... e tudo isso sem cobrar quase nada de impostos. É mágico? Terá uma maquininha de imprimir dólares? Ou será que vai aplicar agora na cidade um restinho do dinheiro que (de onde virá?) antes dizia sair dos cofres da mãe, dona Maria, e que vem usando nas campanhas eleitorais milionárias?

MOUZAR BENEDITO



PIRACICABA

FALTOU CRIAR RAÍZES

Apesar de ter feito um bom governo, o PT não foi reconduzido pelo eleitorado.

O projeto de governo democrático e popular implementado pelo PT em Piracicaba (SP) a partir de 1º de janeiro de 1989, com a posse de José Machado na prefeitura, acabou sendo condenado à interrupção nas eleições de 3 de outubro. O deputado federal Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB) vai assumir o governo da cidade a partir do próximo ano, legitimado por 49.131 votos (32,69%). O cirurgião-dentista Antonio Oswaldo Storel, candidato do PT à sucessão municipal, foi o segundo colocado com 34.630 votos (23,04%).

Apesar de nove candidatos terem disputado a prefeitura, desde o início da campanha estava clara a polarização entre Thame e Storel. O primeiro, por se tratar de um parlamentar que exercia seu segundo mandato como deputado federal, eleito com 40 mil votos obtidos só em Piracicaba em 1990, e que participou da CPI do caso PC. Teve apoio do PDS, PL, PTB e coligou-se com o PV, PFL e PC-DN.

Storel, além de ter um nome que transitava bem pelos setores médios e populares da cidade, tinha uma folha de serviços prestados à cidade, desde sua atuação como secretário municipal de Saúde, Educação e Bem-Estar-Social, no governo do então MDB na década de 70, até a sua participação no governo José Machado como secretário do Bem-Estar Social e presidente da Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba (Emdhap), da qual foi fundador.

A falta de êxito no PT na eleição municipal de Piracicaba, na opinião do prefeito José Machado, é reflexo de um conjunto de fatores e remonta à sua própria eleição. "Minha vitória nas urnas em 1988 (com 47.941 votos, ou 34,67%) não se deu no bojo de um crescimento forte e sistemático do PT em Piracicaba. O partido não estava e ainda não está devidamente enraizado como grande articulador de forças sociais", reconhece.

DESAFIO. Ele recorda que boa parcela do eleitorado, principalmente dos setores médios, rejeitou a candidatura do então deputado federal pelo PSB, João Herrmann Neto, o nome mais forte da eleição de 1988. "Herrmann já havia sido prefeito e teve uma administração tumultuada, chegando até a ferir o decoro de um mandatário", comenta.

O desafio de administrar a cidade, segundo Machado, acabou inviabilizando a formação de uma base de sustentação forte para o governo



Thame: vitória com apoio de partidos pró-Collor

pelo partido. "Houve um certo descuido com relação a isso", enfatiza.

Machado avalia ter realizado um governo que agradou à população. "Mas as pessoas não entenderam que este projeto precisava ter continuidade. Isso porque este projeto ficou colado à minha imagem, embora pertença ao partido que tem uma visão diferente de sociedade", explica.

Além do início tardio da campanha e da falta de recursos financeiros, Machado destaca dois fatores adversos, que impediram a permanência do PT no governo: a força do adversário e a falta de apoio por parte da direção estadual. "Thame era praticamente inatacável do ponto de vista pessoal e político. Duran-

te a campanha, batemos no fato dele estar coligado com partidos de direita, quedavam sustentação a Collor, mas isso não foi suficiente", relata. Ele diz acreditar que a direção estadual deixou de apoiar Storel por considerar Thame invencível. "Isso é um equívoco, porque ninguém é imune à derrota", enfatiza, afirmando que se a direção considerasse Piracicaba prioridade, apoiando com

recursos humanos e materiais, Thame poderia ter sido derrotado. "Acho que, agora, o PT precisa se fortalecer. Vamos nos credenciar para a disputa pela prefeitura daqui a quatro anos por contraste", conclui.

IMAGEM. Antonio Oswaldo Storel, depois da campanha, traz uma preocupação: "O PT ainda tem uma imagem deturpada e negativa junto à população e não faz nada para mudar esta imagem". Para ele, isso só pode ser mudado a partir do momento em que o partido forneça às pessoas informações, num sistema de comunicação perfeito.

Storel acredita que Thame tenha sido eleito através do que ele chama de "voto sub-

consciente", ou seja, "os eleitores acham que devem votar em quem ganha, e Thame foi vencedor nas urnas duas vezes", salienta.

O resultado de sua votação é avaliado como resultado de um trabalho que conseguiu modificar a mentalidade de boa parte do eleitorado. "Estes quase 35 mil votos exigem um compromisso nosso e devemos respeitar", afirma. Para isso, Storel espera que o PT de Piracicaba implemente a formação de uma "oposição construtiva", termo que Storel usa como sinônimo de "governo paralelo".

ASCENSÃO. Para o coordenador do PT na macro-região de Campinas, Antonio Oswaldo Storel Júnior, a possibilidade da vitória de Storel ficou claramente demonstrada com a votação expressiva do candidato, que estava em ascensão. "Isso prova que a tática geral do partido foi acertada", argumenta.

Ele enumera alguns fatores que contribuíram para a derrota do candidato do PT: "Houve um atraso no projeto de Comunicação do governo, que deveria ter sido implantado em julho. A administração só começou a prestar contas de suas obras em meados de setembro. O processo de preparação da campanha sofreu um atropelamento e o candidato saiu em campanha sem ter uma avaliação da administração, que deveria ter sido produzida pelo partido", relembra.

Storel Júnior observa, ainda, que o candidato começou a campanha sem um plano de governo e que o tempo despendido na luta interna para definição do candidato, vice e coligação deixou o partido imobilizado até julho. "Enfrentamos uma direita unificada em torno de um candidato com uma imagem consolidada junto ao eleitorado. Ele não é corrupto e é inteligente."

Apesar do partido ter sido assimilado pela população como causa dos erros e aspectos negativos do governo, paradoxalmente, a campanha serviu para mostrar que o governo do PT fez elevar o conceito do partido junto à sociedade, conforme avalia Storel Júnior. "Os votos obtidos por Storel representaram uma opção motivada pelo que o PT apresentou no governo", completa.

CRISTIANE SANCHES, de Piracicaba.



MAX FIGUEIREDO

Ética violentada

As privatizações herdadas e agora assumidas por Itamar são peças de escândalo para uma CPI

A decisão reiterada pelo governo Itamar de manter o leilão de privatização da siderúrgica estatal Acesita vale como uma confissão de impotência diante das pressões neoliberais. É uma traição aberta aos princípios de ética que marcaram o movimento que conduziu ao *impeachment* de Collor.

A Acesita, fundada há cerca de cinquenta anos, tem 8.428 empregados. Situada na cidade de Timóteo, Minas Gerais, ela é a única produtora no país de aços inoxidáveis e aço silício de grão orientado, usado na indústria de material elétrico. O monopólio na produção de aço inox plano é o grande atrativo para a privatização. Representa cerca de 50% do faturamento total da Acesita, além de ser a linha de produtos mais rentável.

Pesa sobre a operação de venda da Acesita uma grave suspeita de subavaliação de seu patrimônio. O Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, mantido pela UFMG e fundado coincidentemente pelo atual ministro do Planejamento, Paulo Haddad, avaliou a empresa em 952 milhões de dólares (6,56 trilhões de cruzeiros). O BNDES estabeleceu o valor de venda da Acesita em 460 milhões de dólares (3,17 trilhões de cruzeiros).

Além da brutal subestimação do patrimônio da Acesita, o BNDES sob a gestão Itamar está mantendo para os próximos leilões de privatização o uso pleno das chamadas "moedas podres". Informações atualizadas do mercado financeiro citam que estas moedas são vendidas em média com deságios da ordem de 45%, isto é, por 55% de seu valor de face. Assim, mantido o leilão, o governo Itamar estará vendendo a histórica siderúrgica mineira por cerca de um quarto de seu valor real.

AGENDA DE NEGOCIATAS. Os neoliberais armaram toda uma estratégia para salvar o programa de privatização do naufrágio do governo Collor. Eduardo Modiano, ex-presidente do BNDES, atingido apenas muito lateralmente pelas denúncias do esquema PC Farias, deixou o seu posto agendando um cronograma de leilões privatizantes para os próximos meses. Ao invés de promover uma imediata revisão do programa de privatizações, como chegou a prometer, Itamar até o momento optou por dar segui-



ANTONIO BATAIHA / FOLHA IMAGEM

Modiano: herança privatista que Barros de Castro diz deplorar, mas que não se acanha em dar continuidade



ANTONIO BATAIHA / AE

também em comum o fato de serem praticamente todas da área de insumos básicos, com enormes repercussões sobre a formação dos preços e de importância estratégica para a economia.

MATERIAL PARA CPI.

Muito longe de constituírem um episódio de uma reforma patrimonial bem sucedida do Estado ou no caminho para novos patamares de eficiência econômica - como quer a propaganda neoliberal -, as privatizações têm se constituído literalmente em negócios escandalosos de favorecimento a especuladores ou a grandes conglomerados industriais.

Isto começou a ficar claro quando o governo Collor recusou a ideia inicial de operar a venda das empresas através do uso exclusivo dos Certificados de Privatização. Neste esquema, o sistema financeiro pagaria em dinheiro antecipadamente pelas empresas a serem privatizadas, comprando compulsoriamente direitos de participar dos leilões. Com a pressão dos lobbies, no final de 1990, o governo Collor autorizou o uso de todas as chamadas "moedas podres" no negócio.

Antes, a expectativa do governo Collor chegou a ser de arrecadar 2,5% do PIB em dinheiro vivo com as privatizações apenas no ano de 1990. O balanço oficial apresentado por Modiano, dois anos depois, é que das dezesseis privatizações já realizadas,

obteve-se apenas 1,5% do patrimônio estimado das estatais vendidas em dinheiro vivo. Isto é, cerca de 49 milhões de dólares. Muito menos do que o governo gastou com a campanha publicitária do programa de privatização. Além do uso das "moedas podres", as estatais vendidas têm sido em geral subavaliadas. A Usiminas, estimada por auditorias independentes em 4 bilhões de dólares, foi vendida por 1,3 bilhão. A Companhia Siderúrgica Tubarão recebeu investimentos estatais somados de 2 bilhões, mas foi privatizada por 300 milhões. A Petroflex, estimada em 350 milhões de dólares, foi negociada por 215 milhões. A Copesul, com patrimônio avaliado em 2 bilhões, foi vendida por 797 milhões.

A carreira de escândalos do programa de privatização não para aí. O coquetel de privatização tem brindado os compradores com incentivos fiscais, liberação de preços antes controlados, além de empréstimos oficiais.

A Usiminas privatizada - apresentada como o exemplo brilhante do programa - recebeu empréstimos de 75 milhões de dólares do BNDES e de 26 milhões de dólares do Banco do Brasil.

Tudo isto lembra as escandalosas negociatas que vêm sendo reveladas pela CPI da VASP. O programa de privatização do governo Collor, herdado e agora patrocinado por Itamar, já faz por merecer a sua CPI.

JUAREZ GUIMARÃES

OUVIDOR GERAL

EM CARTAZ: VIAGEM AO FIM DO MUNDO. A retórica conservadora neoliberal está a perigo. Faltam alternativas à esquerda que sejam mais consistentes, depois da tribulização dos países antigamente socialistas.

Nos Estados Unidos a população pobre e de classe média vai votar maciçamente contra Bush e sua política de demolição dos serviços sociais: o sucesso militar, ainda que muito relativo, contra o Iraque de Saddam Hussein, não resistiu ao impacto terceiomundista da revolta em Los Angeles. Em falta de melhor opção, votarão por Clinton; mas o sucesso retórico do pirotécnico e oportunista Perot indica, também, as fraquezas da opção democrata. No Canadá a população da grande maioria das províncias deve rejeitar as bases do novo acordo constitucional proposto pelos primeiros ministros provinciais e pelo governo conservador liderado por Brian Mulroney. A razão desta negativa varia de província para província; mas no fundo há o denominador comum de não se passar cheque em branco a um governo cuja política estabilizou um dos piores níveis de recessão e desemprego da história do Canadá. A Igreja, cuja Conferência dos Bispos Latino-Americanos está reunida em Santo Domingo, enfrenta uma polêmica interna entre a retórica de "modernização" e "modernidade" pregada a partir de Roma, e a política de aproximação com os pobres. O Vaticano, liderado pela opção conservadora do Papa, vem enfrentando dificuldades e resistências em atrair seus "escalões médios" para a retórica da "modernidade". Na Europa, o Partido Conservador britânico só se manteve no poder graças a substanciais concessões e "desvios" propostos por John Major em relação à "linha dura" e ortodoxa de Thatcher. As dificuldades que a aprovação do acordo de Maastricht vem enfrentando apontam também para uma resistência, que ainda não consegue se concretizar em novas alternativas, à banalização ou abandono de políticas sociais diante de uma unificação de mercados que não trabalhe melhor as questões coletivas e culturais. A China, ao contrário de Minas, continua onde sempre esteve, o Japão espera o seu movimento anti-corrupção (seguindo o exemplo do Brasil, conforme comentário que ouvi, recentemente, em Montreal...) e a recessão capitalista vai matando de fome parcela ponderável das crianças africanas.

Ou seja, visto do mundo, o mundo é muito diferente do que a retórica de "primeiro mundismo", de "privatização", de "moderno", que a nossa provinciana imprensa divulga.

FLAVIO AGUIAR

NOTÍCIAS DA ALEMANHA

WILLY BRANDT. Nunca um político alemão foi tão homenageado como Willy Brandt, que aos 13 anos ingressou no Partido Social Democrata (SPD), resistiu ao nazismo, foi exilado na Escandinávia, e presidente do SPD e da Internacional Socialista.

A biografia de Willy Brandt se confunde com a história do SPD no pós-guerra, mas sem dúvida ele será sempre lembrado por ter sido chanceler alemão, no período 1969-1974, quando foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz devido a sua política de distensão frente ao bloco comunista, a chamada Ostpolitik.

Com a morte de Willy Brandt, desaparece um dos últimos políticos alemães que sobreviveram ao nazismo e a Segunda Guerra.

A CONTA. Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas RWI, são os assalariados que têm pago a conta da unificação. Outros rendimentos são, em comparação com os salários, menos taxados. Essa discrepância será ainda mais acentuada no início do próximo ano, para quando está prevista uma elevação dos impostos.

MULHERES. As mulheres são as maiores vítimas do desemprego (dois terços do total) na ex-Alemanha Oriental. E as possibilidades delas voltarem ao mercado de trabalho são as piores possíveis, pois aqui não se trata do chamado exército industrial de reserva, e sim de postos de trabalho que foram extintos no processo de privatização.

Enquanto isto, na Suécia, foi fundado o primeiro "banco feminino" do mundo. No Svea Bank, os homens podem ser clientes, mas a administração e direção é exclusivamente feminina.

METALÚRGICOS. A eleição de um operário estrangeiro para a direção executiva do maior sindicato alemão, a IG-Metall, representa um avanço na luta pelos direitos políticos dos trabalhadores estrangeiros na Alemanha e um repúdio à onda de racismo e violência que assola o país.

CARLOS SANTOS,
de Berlim.



FERNANDO

Pensador radical, Fernando Martinez fala dos impasses da revolução, critica com dureza o burocratismo e sustenta que se o socialismo cubano não sucumbiu como os do Leste, foi graças ao que tinha de heterodoxo



ARQUIVO CENTRO CULTURAL VERGUEIRO

Cuba, utopia imperfeita

Sabe - instiga Fernando Martinez - nosso regime é o mais imperfeito de todos os regimes socialistas, e nosso partido o que menos se assemelha ao PCUS". Calcula uma pausa e depois arremata, ainda mais provocador: "mas onde estão os outros?"

Mulato, 50 anos aparentes, calça e camisa muito simples, este cubano não se parece nem um pouco com os hóspedes habituais do flat próximo à Rua da Consolação onde a Secretaria Municipal de Cultura de S.Paulo o alojou. Os turistas argentinos, que abundam nos fins de semana, tagarelam sem parar sobre lojas, compras e luxos. Enquanto se espreme entre eles, para alcançar o elevador, Martinez ensaia, em voz baixa e rouca, algumas considerações sobre a América Latina.

"Belo comício, não é mesmo?", começa, referindo-se ao ato pelo impeachment que presenciou no Anhangabaú. "Mas não havia muitos pobres, concorda? O mesmo ocorre na Argentina, e em outros lugares, com os partidos novos e não ligados ao reformismo de esquerda. É sempre um risco, hem? Se abandonamos esta gente, ela pode buscar refúgio entre os reacionários, onde sempre há um Salvador da Pátria de plantão".

Não é propriamente sobre o Brasil que vai girar a entrevista. Militante revolucionário há décadas, estudioso profundo da obra do Che, Martinez foi e continua sendo um rebelde. Nos anos 70 investia, correndo todos os riscos, contra os burocratas que queriam pintar o socialismo de cinza. Hoje ataca os que teimam em cultivar o unanimismo. Mas também lança farpas contra os que criticam a revolução porque desistiram de construir uma nova sociedade, e por isso não suportam mais as utopias. Durante mais de três horas, Fernando Martinez falou a Brasil Agora sobre a crise econômica cubana, as chances de preservar e seguir renovando o socialismo, e a política de retificação.

Por que a revolução cubana não caiu?

Já dizia Aristóteles que não é possível debater conceitos de política ou de democracia sem análises concretas. Alguns pensadores, no entanto, têm insistido em comparar mecanicamente o processo revolucionário cubano com os do leste europeu, sem nenhum esforço profundo de investigação. Veja o exemplo da revista Teoria & Debate. Um dos últimos números pergunta em chamada de capa: "Ditadura do proletariado ou di-

tadura de Fidel?" Os autores sequer se preocuparam em saber, por exemplo, que o conceito ditadura do proletariado jamais foi adotado pela revolução. Falávamos em democracia dos trabalhadores, e mantivemos o termo mesmo nos tempos em que a influência do Leste Europeu foi mais forte.

Isso, no entanto, é apenas um detalhe. O essencial, e o que não querem ver, é que a especificidade da revolução foi sempre mais forte que os vínculos que mantínhamos

com o "socialismo real". Em Cuba triunfou o único processo revolucionário autônomo do Ocidente. Ele assumiu certas características que o distinguem de todos os demais. Parte do armamento pesado esteve sempre sob guarda de milícias não-militares. Promovemos uma das primeiras campanhas de educação popular pela TV do mundo. Criamos um sistema de saúde que se distingue de todos os demais, por sua abrangência. Acima de tudo, prevaleceu sempre um sentimento muito forte de igualitarismo, com redistribuições sistemáticas da riqueza social. Tudo isso deu origem a algo igualmente extraordinário na cultura ocidental: o povo cubano não associa a felicidade com a posse de bens materiais.

Todos os elementos de desgaste - o subdesenvolvimento, a formação eventual de grupos internos privilegiados, as formas descontroladas de relações mercantis internas, o surgimento mais recente de áreas de circulação de dólares - são até o momento insuficientes frente a estas conquistas.

A tendência ao igualitarismo feriu dogmas da tradição marxista?

Primeiro, fomos chamados de blanquistas, subjetivistas e esquerdistas, porque associamos a libertação nacional ao socialismo. Os dogmas diziam que as condições objetivas só permitiam o surgimento de um regime de democracia popular. No entanto, eram os próprios fatos que nos mostravam que era impossível consumir a libertação nacional ou a justiça social dentro do capitalismo. E não o fizemos através de medidas administrativas.

Nosso regime só se proclamou socialista depois que os bens dos norte-americanos, e dos cubanos ricos, que sabotavam a revolução, foram nacionalizados, com o povo dançando nas ruas e nas praias.

Também a tendência à distribuição da riqueza material não era bem vista. Houve desde o início uma mobilidade social enorme. Os mais pobres, inclusive os miseráveis, se enxergavam no poder. Significou um dispêndio de forças gigantesco, mas um ganho ideológico extraordinário. O povo, por exemplo, perdeu o respeito pela propriedade privada, e zombou da idéia de que só os "competentes" podem assumir respon-

O povo cubano não associa felicidade e bens materiais

sabilidades - esta idéia que leva a crer, por exemplo, que um operário não pode chegar à presidência da República.

E no entanto surgiram fortes tendências ao burocratismo.

A aproximação com a União Soviética e os países da área do Comecom precisa ser vista de forma não mecânica. Ela permitiu furar o bloqueio dos EUA e alcançar índices de desenvolvimento material consideráveis. Entre 1960 e 85 o PIB per capita cresceu a uma média de 3,1% ao ano, enquanto no resto da América Latina a taxa é de 1,8%.

Mas o que era uma necessidade passou a ser visto como uma virtude, como algo que deveria tornar-se permanente. José Martí, o herói da

independência de Cuba, havia falado no século passado da necessidade de diversificarmos relações comerciais, e mesmo os keynesianos que geriram a economia no pós-guerra preconizavam a auto-suficiência alimentar. No entanto, aceitamos a partir de certa época a idéia da *divisão internacional do trabalho socialista*, e passamos a firmar convênios que nos foram desastrosos. Através de acordos celebrados com a URSS, a Alemanha Oriental e a Bulgária a partir de 81, assumimos o compromisso de produzir cada vez mais açúcar, e de importar máquinas e equipamentos. Não aproveitamos nossos recursos naturais imensos de ferro e níquel. Não temos produção petrolífera considerável, nem fábricas de motores elétricos. A indústria automotriz, há muito projetada, apenas engatinha.

O que é a política de retificação?

A partir de 86, examinamos e nos propusemos a combater as deformações causa-

vocadas pelo estreitamento das relações com o Leste Europeu, uma das medidas de maior impacto foi uma importantíssima reforma salarial. O salário mínimo foi elevado de forma significativa, ao mesmo tempo em que se eliminavam vários tipos de "prêmios" de produção que haviam adquirido sentido formal e burocrático, e beneficiavam essencialmente os melhor remunerados. Isso traduziu-se em tremendo apoio político ao regime.

Já em 1990 começaram a surgir problemas de abastecimento: de um momento para outro fomos privados de 60% de nossas relações comerciais. Ao invés de adotar uma política baseada no *mercado*, elevando os preços para reduzir a demanda, a saída foi estender o racionamento para uma gama muito mais ampla de produtos. O que poderia parecer para alguns uma atitude inábil, porque heterodoxa, garantiu novamente amplo apoio político à revolução. Embora o nível de consumo tenha diminuído, ele é muito superior ao da maioria da população de qualquer país do terceiro mundo, e todos sabem que o esforço é comum: não há privilegiados usufruindo o que falta à maioria.

A retificação identifica-se também com o *método* de convocar à atividade o povo organizado. É um processo prolongado de mobilizações, persuasão, educação e reeducação - não uma solução providencial, administrativa ou repressiva. A juventude, em especial substitui serviços,

envolve-se intensamente em trabalho voluntário. Há pouco, multidões de jovens universitários e secundários concluíram algumas colheitas numa mobilização que teve enorme repercussão política e cultural. Parte dos mais ve-

Che gostava de polêmicas públicas: é um bom exemplo

lhos ficou chocada, porque entre os brigadistas vigora uma liberdade sexual muito ampla, e como é um fenômeno de massas acaba influenciando o comportamento do conjunto da população.

Quais as perspectivas de retomada do desenvolvimento material?

Este ano, nosso grande feito será o de impedir que a produção continue caindo. Ela terá crescimento zero, depois de dois anos de desaceleração brusca.

A prazos mais longos há perspectivas favoráveis. Estamos nos desenvolvendo muito em certos setores. Na biotecnologia, na criação de programas para computador, na indústria farmacêutica avançada, estamos entre os melhores do mundo. Um grande obstáculo é não termos acesso a mercados, e portanto escala para competir mundialmente.

O governo cubano anunciou recentemente concessões significativas aos capitais estrangeiros. Isso não se chama com a retificação?

Era preciso fazer alguma

concessão. Acima de tudo, está explícito, ao contrário do que ocorreu na Europa oriental, que as medidas destinam-se a acumular força para construir o socialismo - não são um rumo novo que pretendemos seguir. O turismo, por exemplo, traz divisas necessárias à compra de matérias-primas e máquinas sem as quais não podemos ampliar a produção. O relacionamento com empresas estrangeiras pode abrir mercados externos.

Que definiu o 4º congresso do PC Cubano, realizado este ano, sobre questões como o partido único e a fusão entre partido e Estado?

A revolução cubana sempre foi latinoamericanista, e em seu início havia a perspectiva clara de que movimentos semelhantes eclodissem em outros pontos do continente, e estimulassem, no plano teórico, o surgimento de concepções de socialismo ligadas a nossa identidade cultural. Como isso não ocorreu,

Ninguém usufrui do que falta à maioria

não surgiu também uma esquerda latino-americana, uma corrente socialista que pudesse ser filha de Marx e de Engels, mas também de Mariátegui, de Martí e de Canudos.

Tivemos que nos ligar ao "socialismo real", e uma das besteiras que fizemos foi incluir na Constituição de 1976 o conceito do *papel dirigente* do PCC. É como se fosse pos-

sível ser vanguarda por lei, burocraticamente. Numa conjuntura de pressão extrema sobre Cuba, como a de hoje, alterar este artigo pareceria, no entanto, como capitulação. O 4º Congresso jamais iria fazê-lo, assim como não iria criar artificialmente o multipartidarismo - como os poloneses, que criaram um Partido Camponês títere.

Creio que a questão essencial para o desenvolvimento do socialismo cubano não é a disjuntiva partido único-multipartidarismo. É institucionalizar práticas democráticas. É estabelecer o princípio do *debate livre de idéias*, da *contradição* entre os revolucionários. É fazer como o *Che*, que fazia questão de tornar públicas, num momento político muito mais difícil que o atual, suas divergências sobre todos os temas, por mais polêmicos que fossem. É liquidar a política de quadros que seleciona os médiocres, os que só sabem dizer *sim*. É pôr fim à confusão entre *unidade e unanimismo*. A resolução do 4º Congresso aborda este último item, mas falta fazer muito para colocá-la em prática.

Pode parecer difícil. Mas ao participar de um debate recente, em Santiago, uma mulher muito gorda me indagou: "Como vocês vão fazer para conservar esta utopia tão rica, que é o que têm de melhor"? E eu respondi: "Não tenho todas as respostas, mas estou certo que só poderemos chegar a elas fazendo a nós mesmos perguntas como a sua".

ENTREVISTA A ANTÔNIO MARTINS

Falta acesso a mercados: falta escala para competir

das pela ampla influência de idéias do chamado "socialismo real". Além disso, a retificação consiste em enfrentar com métodos e soluções socialistas os problemas de uma conjuntura adversa.

Quando despontaram as dificuldades econômicas pro-

OPÇÕES EM VÍDEO PARA QUEM NÃO ASSISTE CALADO



Além dos vídeos acima você também pode pedir:
Programa Nacional do PT
10 Anos de PT - Governo Paralelo
Nicarágua, entre a Guerra e o Sonho
Balbina, Marco da Destruição
Verde Verdade: o assassinato de Chico Mendes, sua luta na floresta, até os lances finais do julgamento.

Esses vídeos você não encontra na sua locadora, eles abordam temas que registram a vida dos trabalhadores e da sociedade através da lente crítica e transformadora da esquerda brasileira. São vídeos para quem discute, entende e muda a história. Você pode adquiri-los, ligando para **Cajá distribuidora**, que enviaremos para qualquer lugar do Brasil.



AV. DR. ARNALDO, 128 - CONSOLAÇÃO
 CEP 01246-000 - SÃO PAULO - SP
fone/fax (011) 259-8386

Conhecendo a pobreza

Com o capitalismo, os russos estão conhecendo também algo que é novidade para eles: a miséria.

O fenômeno da pobreza já existe na nova Rússia pós-comunista. Só que ela ainda não sabe bem como contar os pobres. As imagens de pessoas que vasculham o lixo ou pedem esmola, ou de meninos de 8 a 10 anos limpando vidros de automóveis ou vendendo bebidas na rua, já não espantam os moscovitas, e são recebidas como sinais inevitáveis do mercado livre.

A intelectualidade russa continua a chorar sobre estas novidades nas páginas dos jornais, mas ao mesmo tempo economistas e sociólogos não poupam esforços para elaborar um esquema, pelo menos prévio, para classificar e contar estatisticamente este fenômeno. Aí começam os problemas, porque o governo não quer dar a imagem de que as reformas apresentam efeitos tão dolorosos para o povo russo. Doutra lado, a oposição quer exagerar a situação e aproveitá-la para fins políticos. Assim, surgem constatações bem diferentes.

Até há pouco, ainda no início deste ano, o limite da linha de pobreza era caracterizado pelo chamado "orçamento mínimo de consumo", ou seja, a renda equivalente ao custo do conjunto de cerca de trezentos produtos que uma pessoa necessita para a vida normal durante um mês. Com o aumento de preços, especialmente a partir de 2 de janeiro, por cem ou mais vezes, en-

quanto os salários subiram em média 10,3 vezes, 90% da população russa ficou abaixo do nível de pobreza! Isso não significa que estejam morrendo de fome, mas a estrutura de despesas mudou drasticamente: a família média russa é agora forçada a gastar 80% de seu orçamento só para comer. Ela já não compra roupas nem eletrodomésticos, não frequenta teatro ou cinema, e tem problemas para pagar o ensino, que agora começa a custar muito aqui.

Por tudo isso, já se começa a falar diferente sobre "o mínimo necessário para se viver". Calcula-se agora em 4,2 mil rublos (cerca de 20 dólares) esse mínimo. Com esse novo tipo de classificação, caiu em 40% o número de russos oficialmente pobres. Para baixar ainda mais esse número, inventaram-se novos desvios estatísticos, levando em conta crianças, velhos aposentados e inválidos, que não trabalham. Apareceu, então, a meta cínica da "sobrevivência biológica" com 2,8 mil rublos mensais (pouco mais de dez dólares) para essa população. E então as estatísti-

cas podem mostrar apenas 25% de pobres.

RICOS E POBRES. O salário-mínimo oficial russo era de 900 rublos mensais até setembro, devendo passar agora para 1.350 rublos. O salário médio na Rússia é de 5 mil rublos, ou seja, vinte vezes a mais do que há dois anos. Só que há dois anos podia-se almoçar com um rublo, ou então comprar 5 ou 6 pacotes de leite (de meio litro cada) ou o mesmo número de pães. Agora, com o mesmo dinheiro não se compra uma caixa de fósforos, que custa 1,20 rublo. Um pão está custando de 15 a 18 rublos, uma dúzia de ovos, 36 rublos e um quilo de queijo, 160 rublos.

Especialistas do Ministério da Economia da Rússia distinguem agora quatro grupos de pessoas. No primeiro, estão candidatas a construir alguma coisa parecida com as favelas brasileiras, só que aqui a temperatura chega a 30°C abaixo de zero no inverno. São aqueles que ganham até 3.500 rublos mensais, cerca de 35 a 37% da população ativa, incluindo

parte dos cientistas, atores, operários e pessoal da baixa burocracia.

No segundo grupo, dos russos que ganham de 3,5 a 10 mil rublos, estão 33 a 35% da população economicamente ativa, incluindo-se nele os médicos, cientistas, engenheiros, operários, pessoal da área de serviços. Este grupo está mais presente em Moscou, onde essa faixa salarial é mais frequente.

O terceiro grupo é dos que têm renda mensal de 10 a 45 mil rublos, e conta com 18 a 20% da população. Aqui já há mais gente nova: funcionários de sociedades anônimas, alguns comerciantes, algumas *joint-ventures*, ou seja, mais particular do que estatal. Estes já podem gastar só uns 40% de sua renda em comida e aproveitar o resto para coisas de "luxo".

Afinal, no quarto grupo, que tem de 13 a 15% da população, os *ricos*, que ainda não podem ter apartamentos com o luxo de alguns que se vê no Rio ou em São Paulo, mas já ganham por mês 45 mil rublos ou mais e gastam 10 a 25% em comida.

Os super-ricos - que ga-

nham mais de 100 mil rublos mensais - são 2,3 a 2,7% dos russos e estão preocupados com a fundação de famílias que talvez ganhem no futuro a mesma fama dos Dupont ou dos Rockefeller...

E O FUTURO? Com a decisão do governo de alcançar os preços mundiais de petróleo, por exemplo, ou de seguir as recomendações de um "velho amigo" dos brasileiros - o FMI -, tudo isso é apenas uma mostra do mercado livre que os russos vão ver mais adiante.

Os brasileiros já provamos "milagres" deste sistema, mas também já aprenderam muita coisa, o que não se pode dizer dos russos. A Rússia parece agora um homem da província que pela primeira vez chega a uma cidade moderna e precisa dominar a ciência bem difícil, para ele, de sobreviver num mundo de concorrência e mercado livre.

A pobreza, talvez, com o tempo vai tornar-se uma coisa habitual na Rússia, mas no momento os seus primeiros sintomas são muito dolorosos para uma sociedade onde há pouco tempo cada cidadão tinha pouca coisa, mas garantida pelo Estado. Agora cada russo tem que contar só com as próprias forças e com Deus, que deve estar preocupado com tantos crentes novos. Tantos que não vai dar para ajudar a todos...

ANATOLY TONIN,
de Moscou.

NOBEL DA PAZ

Quem é Rigoberta Menchú

Sua indicação para o prêmio teve o apoio de índios, negros e movimentos populares.

"Devo esclarecer primeiro que minha candidatura não é mérito pessoal, é um mérito coletivo, é o mérito da luta de meu povo que tanto anseia pela paz." Esta é uma declaração de Rigoberta Menchú Tum antes de ganhar o Prêmio Nobel da Paz em 1992, que inclui um cheque

de 1,2 milhão de dólares que ela vai aplicar na luta dos índios do continente americano. Rigoberta foi indicada para o prêmio pelos 49 grupos indígenas e populares presentes ao II Encontro Continental da "Campanha 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular", realizado na Guatemala, entre 7 e 12 de outubro de 1991. Em dezembro a indicação recebeu o apoio de Adolfo Perez Esquivel, que recebeu o mesmo prêmio em 1980, e depois do bispo africano Desmond Tutu, premiado em 1984. Iniciou-se aí,



Rigoberta ao lado de Lula: premiada

então, um amplo movimento pela sua premiação.

Rigoberta Menchú Tum, índia quiché, descendente dos maias, de 33 anos, é um teste-

munho vivo do drama que vive seu país, a Guatemala. Em 1980, seu pai, Vicente, um dos fundadores do Comitê de Unidade Campesina, morreu queimado vivo, junto com outras 35 pessoas, na embaixada da Espanha, que havia sido ocupada pacificamente, para denunciar as injustiças e a repressão por parte do governo. Três meses depois, sua mãe, Juana, foi seqüestrada, torturada e assassinada junto com vários de seus irmãos. Desde

então Rigoberta foi forçada a viver no exílio. Hoje ela vive no México. Como membro da Representação Unitária de Oposição Guatemalteca (RUOG),

Rigoberta faz um trabalho político-diplomático nas Nações Unidas, advogando pela sorte de seu país, e foi paulatinamente assumindo a causa dos direitos humanos e dos povos indígenas do continente. Tudo isso conjugado com uma intensa atividade mundial para articular redes de solidariedade com os povos indígenas e com a Guatemala - que vive uma guerra há mais de 30 anos, em que mais de 100 mil foram assassinados e cerca de 45 mil estão desaparecidos depois de serem seqüestrados.

A própria Rigoberta foi condenada pelos esquadrões da morte, em seu país, e cada vez que retorna a ele provoca comoção nacional. Em visita à Guatemala no mês de julho, foi vítima de atentados e o próprio presidente da República ameaçou os deputados que apoiaram sua candidatura ao Prêmio Nobel.



Depois que Graciliano, menino, foi viver em Viçosa, Alagoas, leu o terceiro livro de sua vida e percorreu várias escolas, sem grandes proventos. Vivia vida aborrecida e ganhou o hábito de ler romances. Então, "desembestei-me para a literatura". Cometeu alguns sonetos sobre os quais, muitos anos depois, mesmo os pesquisadores que mais farejaram nunca conseguiram botar os olhos.

Na década de 40, já consagrado, Graciliano explicaria que compunha os sonetos para adquirir um bocado de ritmo. E só. Jamais pretendeu ser poeta. Como, se o que mais ele fez foi olhar para dentro das palavras?

Assim ele desembestou para a literatura... Na década de 50, mesmo antes de sua morte, os seus romances se prestaram a desasnar e a desmamar algumas vocações nascentes. A leitura em voz alta dos três derradeiros capítulos de *Caetés* e de *São Bernardo* ou o episódio da cadeia Baleia eram prática saudável num tempo em que não tínhamos a explosão da tevê e não havíamos chegado à explosão dos automóveis. A leitura era embutida nos nossos fins-de-semana ou nas horas de folga como elemento de prazer. Um visgo.

É de se perguntar onde o visgo desse escritor que sabia falar italiano e teve a cabeça raspada numa prisão estúpida e injusta em 1936, autor de livros *pesados* sobre o mistério do homem na solidão, sobre as tempestades da alma, que jamais soube o número de seu colarinho, se dizia ateu e adorava cachorros e para quem não havia diferença entre estar em liberdade ou na cadeia...

Há pessoas que têm medo, de Midas, tudo em que tocam se transforma em ouro, sucesso, renda. Outras carregam carisma em tudo o que fazem, mesmo na dureza de seus sofrimentos e no porte silencioso e indobrável de sua dignidade. Raivando, rebelados, sossegados ou piedosos são carismáticos. Ainda que toda

Sem dobrar o espinhaço

misericórdia que tenham para com os outros seja secreta misericórdia para consigo mesmos. Podem ter vindo lá do calcanhar do Judas, pendurados em navios ou pintados de paus-de-arara, tanto se lhes dá: têm carisma. Creio que tudo de ou em Graciliano leva esse toque. E também nisso ele não dobrou o espinhaço.

POUCAS HOMENAGENS. Quase relando no centenário de nascimento, Graciliano Ramos vem recebendo magras homenagens neste país onde a unanimidade da crítica e o carinho dos leitores o consagram como um dos grandes de todos os tempos em nossa prosa, em principal no romance. Por vários motivos, éticos e estéticos, Graciliano é um caso à parte. Um caso de dignidade. Uma dignidade severina e fabiana.

Escreveu-se, faz pouco, que em 1943, na data de seus cinquenta anos, mais de setenta intelectuais e artistas reuniram-se no Lido, em Copacabana, para um jantar em homenagem ao criador de *Vidas Secas*. De Otto Maria Carpeaux a Paulo Rónai, de Portinari a Carlos Drummond de Andrade, de Manuel Bandeira a Marques Rebelo, muitos foram os presentes, além dos telegramas de Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Oswald, Mário Neme... fora um saboroso "Discurso de um ausente ao banquete de homenagem a Graciliano", de um companheiro de quarto de pensão pobre da rua Correia Dutra, no Catete, que se assinava Rubem Braga.

O texto é aula de amizade, decamaradagem de texto brasileiro. De mais a mais, a marca



Graciliano: prefeito mais que prefeito

de Rubem, colega de ofício e "parceiro de conversa-mole".

A homenagem a Graciliano abriu-se com um discurso de Augusto Frederico Schmidt, que já foi chamado, recentemente, "Discurso de um homem gordo a um homem magro". Há uma pequena grande diferença aí. No discurso, impresso no dia 15 de março de 1943, nas Oficinas Gráficas Alba, à rua do Lavradio, número 60, no Rio de Janeiro, Augusto Frederico Schmidt começa a sua fala: "Pediram a um homem gordo que saudasse no seu cinquentenário a um homem seco". De *magro* para *seco* vai distância grande. Trata-se de ou para Graciliano Ramos. E o

mestre de *Angústia*, garimpeiro e percuciente, era um obsessivo pelas palavras exatas.

FARO FINO. Na fala de Augusto Frederico Schmidt excede o humanista, o poeta, o conhecedor, o homem de faro editorial; anteviu, ao ler o famoso relatório de Graciliano, então prefeito de Palmeira dos Índios, ao governador do estado de Alagoas, que o autor do documento administrativo tivesse um romance na gaveta. Mais: o responsável por aquelas linhas era caso irrefreável de vocação para as letras. Faro fino.

Mas não superfino; Graciliano superou expectativas e, mesmo estreando após os

Digno e consciente, ele atirou na face das elites a miséria dos brasileiros de vidas secas.

quarenta anos, em menos de dez transformou-se. De ilustre desconhecido em nome nacional de maior peso no romance brasileiro da época.

A resposta de um homem pobre, reservado e tão avesso aos discursos, à fala de Augusto Frederico Schmidt é um retrato descarnado e firme do homem e sua personalidade de autor: "esse novelista pescado no sertão de Alagoas por uma carta que Rômulo de Castro me enviou, de 1930 a 1931..."

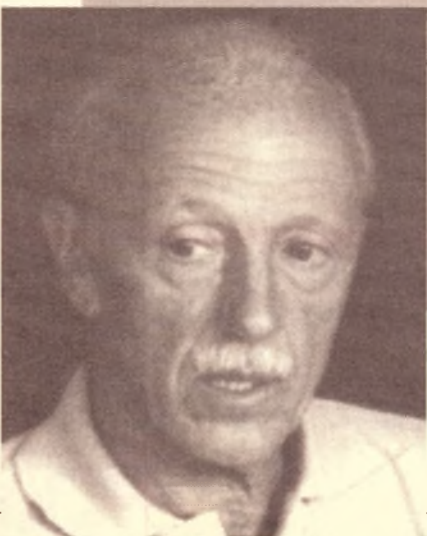
Poeta sem metáforas, como em *São Bernardo*, econômico até a exaustão e preocupado com o essencial e só, provavelmente o menos esbanjado de todos os nossos prosadores, mas raivando, implacável consigo mesmo no juízo dos valores, todo ele permanente e original. Escreve como um clássico, mas antiacadêmico e, ainda melhor, experimentador e questionador.

Além de suas virtudes óbvias, há um manejo de pensamento cuja atualidade é um alarme: "Falavam muito nesse tempo em realidade brasileira - e esta frase tornou-se um chavão na boca de sujeitos que do Brasil conheciam pela rama o asfalto, o café e a Cinelândia". Aparentemente comedido, era um ousado de porte e viria, como os raros - um Lima Barreto, um Monteiro Lobato, um Euclides da Cunha -, revelar ao país com força irresponsável e nunca demagógica, a consciência da miséria e atirar, de frente, às chamadas elites, a notícia funda da existência de brasileiros de *vidas secas*.

JOÃO ANTÔNIO,
do Rio de Janeiro.

Por que eu assino Brasil Agora?

NELIE SOUTREINICK



Brasil Agora é a democracia nos meios de comunicação. Ler seu noticiário e os artigos que publica constitui-se em estímulo para a militância política.

Helio Bicudo

Jurista e Deputado Federal PT/SP

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA, Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Fones (011) 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____

FONE _____

UF _____

CEP _____

PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 100.000,00
 Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30,00)
 Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 200.000,00
 Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 300.000,00

BRASIL
AGORA



Assine você também

Num único acidente, o Brasil perdeu dois dos poucos democratas com trajetória na parca história da democracia no país. De formas diferentes, Ulysses Guimarães e Severo Gomes conquistaram seus lugares mediante atuações distintas, mas que os distanciaram da grande maioria de políticos do Brasil.

Na sua longa carreira política, Ulysses foi protagonista fundamental das duas últimas décadas. Membro do antigo PSD, partido sem maior expressão em São Paulo, ele mesmo passou despercebido nos grandes acontecimentos nacionais. Apoiou discretamente o golpe de 1964, num partido em que quem dava o tom era a feroz anticomunista Conceição da Costa Neves. O transcurso da década de 60 não viu ainda emergir Ulysses como líder opositor. O próprio Renato Archer recorda como nem sequer com a Frente Ampla, que ele articulava, Ulysses estava de acordo, tal o tom moderado que imprimia a suas divergências com o regime militar.

Foi com a derrota da oposição clandestina à ditadura e o fortalecimento do MDB que a figura de Ulysses ganhou, subitamente, uma dimensão tanto maior quanto inesperada pela sua trajetória anterior. Movido por indignação e convicções forjadas na oposição ao regime militar, Ulysses passou a encarar a figura do questionador institucional à ditadura. A palavra forte, as atitudes ousadas, a tenacidade diante das dificuldades e a capacidade de articulação contra o inimigo fundamental guindaram-no à posição que ele soube ocupar melhor do que qualquer outro dos líderes políticos da oposição.

CONSAGRAÇÃO E GARRA. A campanha pelas eleições diretas e o comando da Assembléia Constituinte foram os momentos maiores de consagração de Ulysses como estadista. A morte de Tancredo Neves poderia tê-lo elevado à presidência da República mas, seja por veto militar ou por vacilação, bloquearam essa perspectiva. Diante de um José Sarney enfraquecido, uma ação de Ulysses e do PMDB para a convocação de eleições diretas para presidente em poucos meses poderia ter devolvido ao povo seu direito expropriado, evitado o de-

letério governo Sarney e alterado o caráter da transição democrática.

Desalojado da presidência da Câmara e da presidência do PMDB por Orestes Quércia, Ulysses não se imobilizou, com a consciência da desigualdade de estatura moral, desproporcional, entre ele e Quércia. Nos últimos meses, depois de aderir à campanha pelo *impeachment* de Collor, Ulysses voltou a demonstrar a garra e a indignação que o caracterizaram e que ele pensava voltar a exibir na campanha pelo parlamentarismo.

SEVERO, RADICAL. A trajetória de Severo Gomes é mais radical, na sua origem e no seu ponto de chegada. Vindo da UDN, ele participou ativamente do golpe de 1964 e foi ministro de Castelo Branco e de Geisel. Sua ruptura com o regime ocorreu no transcurso dos anos 70, em torno da defesa das empresas nacionais, e deu início a um processo de elaboração democrática que só encontra similar em seu grande irmão político - Teotônio Vilela.

Se Ulysses foi um democrata ponderado, Severo foi um democrata

exaltado, daqueles que buscam estender os direitos a todos os rincões da sociedade. Nas palavras de Paulo Sérgio Pinheiro, outro companheiro inseparável de Severo, que herda dele suas melhores qualidades, ele era "um defensor de causas perdidas, como dos índios, presidiários e loucos". Como recorda ainda, ele foi o maior responsável pelo capítulo sobre os índios na Constituição, considerado um exemplo mundial.

Ainda na ditadura, Severo, com a consciência do valor da cultura e do mundo intelectual já adquirida em sua formação juvenil, valeu-se de sua posição para defender muitas vítimas da repressão. Eleito senador por São Paulo, ele fez de seu gabinete e de seu mandato um espaço de articulação das lutas pelos direitos de cidadania dos marginalizados, injustiçados, ofendidos. Foi o primeiro parlamentar a entrar em contato com os Yanomami em suas reservas, tendo se engajado na luta pela demarcação de terras de todas as tribos remanescentes. Antes disso, ele havia comandado a constituição da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Huma-

nos, junto a Paulo Sérgio Pinheiro, Marilena Chauí, Eduardo Suplicy, Hélio Bicudo, Hélio Pellegrino e Fernando Gabeira, entre outros.

SOLIDARIEDADE. Todos esses direitos estiveram integrados, para Severo Gomes, numa concepção de nação que se diferenciava absolutamente do estatismo que os neoliberais quiseram atribuir-lhe. Sua visão sobre o papel da sociedade civil, dos direitos de cidadania, do papel da cultura, da vivência democrática com as diferenças, da autonomia dos movimentos sociais, o diferenciaram radicalmente da tradição autoritária do nacionalismo brasileiro.

Teve o desgosto de ver o PMDB propor o nome de Guilherme Afif Domingos para sucedê-lo no Senado e não escondeu suas simpatias por Suplicy, que herdou seu gabinete e as experiências acumuladas em Brasília. Secretário de Fleury, ao deparar-se com irregularidades do governo Quércia na importação de equipamentos de informática de Israel, superfaturados e sem licitação, e ao tropeçar com a falta de vontade de apurar os fatos, Severo optou de novo pela transparência e coerentemente se demitiu, poucos meses depois da posse.

Quando o regime de Pinochet desatou uma de suas piores ofensivas repressivas, Severo liderou uma comissão de parlamentares que foi tentar intervir pelas vítimas da ditadura chilena. Foi, além disso, sempre ativamente solidário com Cuba diante do bloqueio norte-americano. Seu último artigo publicado em jornal foi redigido depois de sua derradeira viagem a Havana e está incluído no livro *Por que Cuba* (Editora Revan, Rio de Janeiro, a sair em novembro deste ano).

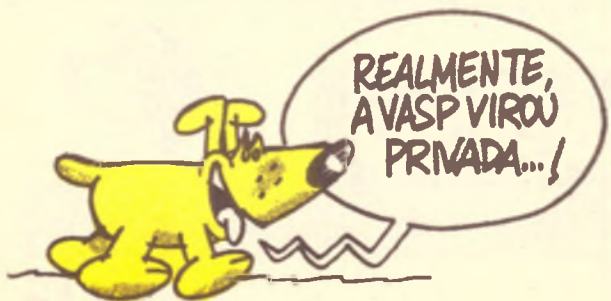
Humanista radical, Severo foi figura ímpar, pelo caminho trilhado, pela força de suas convicções e sua ética pessoal e pública. Sua morte deixa um vazio que, a história brasileira infelizmente nos tem ensinado, dificilmente será preenchido. Resta a confiança que sua ação generosa encontra, nos inúmeros companheiros que forjou - entre os quais estão os da Comissão Teotônio Vilela -, a energia para que a defesa das causas justas deixe de ser causa perdida, numa sociedade digna e soberana como a que Severo sonhou e à qual dedicou o melhor de sua vida.

EMIR SADER



Dois democratas de exceção

O Brasil perde um político de garra e um defensor radical da cidadania.



BRASIL AGORA

EXTRA: CPI DO CARANDIRU TEM MAIORIA GOVERNISTA!

JÁ SEI, O CASO VAI MESMO PRÓ ARQUIVO MORTO!

